República

Fundado por ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA — Director RAUL RÊGO

PROPRIEDADE DE «EDITORIAL REPÚBLICA» REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: RUA DA MISERICÓRDIA, 116 - LISBOA 2 TELEFONES: 32 65 32 - 32 51 36 - 32 53 24

ANO 62 (2.ª SÉRIE) N.º 15 421 QUINTA-FEIRA 25 DE ABRIL 1974 Preço 2$50

As Forças Armadas tomaram o poder

3.ª EDIÇÃO

General Costa Gomes

General António de Spínola

PELO POVO E PELAS SUAS LIBERDADES

As Forças Armadas assumiram perante o País a maior das responsabilidades ao tomarem conta do poder. O acto de força só será útil e terá a sua justificação, na medida em que contribua para dar a todos os portugueses participação efectiva no Governo da Nação. Não pode de forma nenhuma substituir um autoritarismo a outro; muito menos pode representar a continuação de um sistema autocrático iniciado com o golpe militar de 28 de Maio de 1926.

A Ditadura Militar então instaurada teve continuidade no regime censório e policial que até hoje nos tem governado sem nos ouvir. As liberdades fundamentais do homem não têm sido respeitadas e os destinos do País têm sido traçados sem que os portugueses tenham sido ouvidos. Nem sequer os direitos consignados na Constituição têm sido respeitados, duramente limitados por leis de autêntico arbítrio. Imposto o silêncio aos que se não dispuseram a ser elementos dóceis do poder, privados da liberdade muitos cidadãos, atirados outros para o exílio,

(Continua na 9.ª pág.)

O GOVERNO RENDEU-SE ÀS CINCO DA TARDE E AS TROPAS DO MOVIMENTO ENTRARAM NO CARMO

Treze horas e vinte e dois minutos após ter sido difundido o primeiro comunicado do Movimento das Forças Armadas, terminou o cerco ao quartel do Comando-Geral da G. N. R., no Largo do Carmo, montado desde as 13 horas por forças do Regimento da

(Continua na última pág.)

OS GENERAIS SPÍNOLA E COSTA GOMES DEVEM VIR A FORMAR UMA JUNTA MILITAR

Eram exactamente 4 horas e 32 minutos de hoje quando o Rádio Clube Português interrompeu a sua emissão normal para transmitir o seguinte:

«Daqui Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas:

As Forças Armadas Portuguesas apelam para todos os habitantes da cidade de Lisboa no sentido de recolherem a

(Continua na pág. seguinte)

LIDA NA TV A PROCLAMAÇÃO DA JUNTA DE SALVAÇÃO NACIONAL

(LER NA ÚLTIMA PÁGINA)

ESTE JORNAL NÃO FOI VISADO POR QUALQUER COMISSÃO DE CENSURA

A CRONOLOGIA DO MOVIMENTO

(Continuado da p. anterior)

suas casas nas quais se devem conservar com a máxima calma. Esperamos, sinceramente, que a gravidade da hora que vivemos não seja tristemente assinalada por qualquer acidente pessoal, para o que apelamos para o bom-senso dos comandos das forças militarizadas, no sentido de serem evitados quaisquer confrontos com as Forças Armadas. Tal confronto, além de desnecessário só poderia conduzir a sérios prejuízos individuais que enlutariam e criariam divisões entre os portugueses, o que há que evitar a todo o custo. Não obstante a expressa preocupação de não fazer correr a mínima gota de sangue de qualquer português apelamos para o espírito cívico e profissional da classe médica esperando a sua acorrência aos hospitais a fim de prestar eventual colaboração que se deseja sinceramente desnecessária.»

Cerca das 3 horas da madrugada, o trânsito automóvel na Avenida Marquês da Fronteira foi subitamente interrompido.

De um dos portões do quartel de Caçadores 5, ao lado da Penitenciária, saíram algumas centenas de militares armados que se bifurcaram em duas direcções: Rádio Clube Português, na Rua Sampaio Pina, e Comando da Região Militar de Lisboa e, simultaneamente, Quartel General, em São Sebastião da Pedreira.

A ocupação dos R. C. P. e do referido Quartel fez-se sem qualquer resistência, distribuindo-se algumas dezenas de militares pelas imediações dos locais, avançando, em seguida, até perto do Marquês de Pombal.

Na mesma ocasião, forças da PSP cercaram o seu Comando, na Avenida António Augusto de Aguiar.

Cerca das 3 horas, militares da Escola Prática de Administração Militar chefiados por oficiais do quartel do Campo Grande, entraram nas instalações da R.T.P. que foi tomada e ocupada militarmente.

Ouviram-se várias rajadas de metralhadoras. Altifalantes, de seguida, começavam a dar indicações ouvidas em todo o bairro da Quinta das Mouras e até ao Lumiar para ninguém desobedecer às ordens dos militares e que só se disparasse quando o oficial ordenasse. Ouviram-se ainda palavras pelos altifalantes que referiam «Coimbra», «Porto», «Rádio Clube Português» entre outras menos audíveis.

Ao nascer do sol a região Lumiar, Aeroporto, Quartel do Lumiar, Quartel de Artilharia Ligeira n.º 1, estavam tomadas e controladas pelo Movimento das Forças Armadas.

Os poucos polícias, praças, oficiais da G.N.R. que se viam pelas ruas da cidade mostravam-se alheados e apáticos perante o Movimento que se gerara.

Os oficiais e praças que ocupavam posições estratégicas na cidade estavam auto-confiantes e seguros de si.

Cercas das 6 e 30 vários jactos da Força Aérea sobrevoaram a cidade. Cerca das 7 e 15 idênticos jactos repetiram os voos na direcção Poente-Nascente.

Entretanto, às 4 da manhã, tropas do Regimento de Mafra, ocupavam o aeroporto da Portela.

Entretanto, o Terreiro do Paço era ocupado por tropas, com carros blindados. Na Rua da Conceição estava uma linha de forças armadas que impediu a circulação de pessoas. A Calçada de S. Francisco não se podia subir.

Em vários locais da cidade viam-se agentes da P.S.P., mas desarmados.

Às 6 da manhã uma coluna da G.N.R. era interceptada na Avenida António Augusto de Aguiar.

Às 7 e 30 era lido mais um comunicado das Forças Armadas:

Conforme tem sido transmitido as Forças Armadas desencadearam na madrugada de hoje uma série de acções com vista à libertação do país do regime que há longo tempo domina. Nos seus comunicados as Forças Armadas têm apelado para a não intervenção das forças policiais com o objectivo de evitar derramamento de sangue. Embora este desejo se mantenha firme não se evitará responder deccidida e implacavelmente a qualquer oposição que se venha a manifestar. Consciente que interpreta os verdadeiros sentimentos da nação o movimento das Forças Armadas prosseguirá na sua acção libertador e pede-se à população que se mantenha calma e se recolha às suas residências. VIVA PORTUGAL.

Antes das 8 horas uma companhia de Santarém chegava ao Terreiro do Paço e zona da Baixa. Pouco depois estas tropas haviam de incorporar uma força de Cavalaria 7, que se montava no Cais do Sodré.

A entrada Norte de Lisboa, até às 8 e 30, estava completamente franqueada ao avanço das colunas militares de Vendas Novas, Santarém e Santa Margarida, que se pensa virem a caminho de Lisboa.

Cerca das 8 e 30, na zona de Santos, os nossos repórteres assinalaram a presença de três carros de combate M. 48, três «jeeps» e dois camiões do Regimento de Cavalaria 4, da Região Militar de Tomar.

Uma hora depois de lido o comunicado anterior foi difundido o que se segue:

As Forças Armadas Portuguesas apelam para todos os habitantes da cidade de Lisboa no sentido de recolherem a suas casas, nas quais se devem conservar com a máxima calma. Esperamos sinceramente que a gravidade da hora que vivemos não seja tristemente assinalada por qualquer acidente pessoal para o que apelamos para o bom senso dos comandos das forças militarizadas no sentido de serem evitados quaisquer confrontos com as Forças Armadas. Tal confronto, além de desnecessário, só poderá conduzir a sérios prejuízos individuais que enlutariam e criariam divisões entre os portugueses o que há que evitar a todo o custo. Não obstante a expressa preocupação de não fazer correr a mínima gota de sangue de qualquer português, apelamos para o espírito cívico e profissional da classe médica esperando a sua comparência nos hospitais a fim de prestar a sua eventual colaboração que se deseja sinceramente desnecessária. A todos os elementos das forças militarizadas e policiais o comando do movimento das Forças Armadas aconselha a máxima prudência a fim de serem evitados quaisquer recontros perigosos. Não há intenção deliberada de fazer correr sangue desnecessariamente mas tal acontecerá caso alguma provocação se venha a verificar. Apelamos portanto para que regressem aos seus quartéis, aguardando as ordens que lhes serão dadas pelo Movimento das Forças Armadas. Serão severamente responsabilizados todos os comandos que tentarem, por qualquer forma, conduzir os seus subordinados à luta com as Forças Armadas. Informa-se a população que no sentido de evitar todo e qualquer incidente ainda que involuntário deverá recolher a suas casas mantendo absoluta calma.

A todos os componentes das forças militarizadas, nomeadamente às forças da GNR e PSP e ainda as forças da Direcção-Geral de Segurança e Legião Portuguesa, que abusivamente foram recrutadas, lembra-se o seu dever cívico de contribuírem para a manutenção da ordem pública, o que na presente situação só poderá ser alcançado se não for oposta qualquer reacção às Forças Armadas. Tal reacção nada teria de vantajoso pois conduziria a um indesejável derramamento de sangue que em nada contribuiria para a união de todos os portugueses. Embora estando crentes no civis:) e bom senso de todos os portugueses no sentido de evitarem todo e qualquer recontro armado apelamos para que os médicos e pessoal de enfermagem se apresentem nos hospitais para uma colaboração que fazemos votos seja desnecessária.

Atenção elementos das Forças Armadas e policiais: uma vez que as Forças Armadas decidiram tomar a seu cargo a presente situação, será considerado delito grave qualquer oposição das forças militarizadas e policiais às unidades militares que cercam a cidade de Lisboa. A não obediência a este aviso poderá provocar um inútil derramamento de sangue cuja responsabilidade lhes será inteiramente atribuída. Deverão por conseguinte conservar-se dentro dos seus quartéis até receberem ordens do Movimento das Forças Armadas. Os comandos das Forças Armadas e policiais serão severamente responsabilizados caso incitem os seus subordinados à luta armada.

Às 8 horas a Emissora Nacional deixou de transmitir a sua programação normal.

A partir das nove horas da manhã, a Emisora Nacional começou a difundir os comunicados que, até aí, eram apenas transmitidos pelo Rádio Clube Português.

Na Ribeira das Naus e na R. do Comércio encontravam-se 6 tanques pesados, guarnedos por Infantaria, em posições de tiro. Cerca das 9 e 45 este dispositivo foi reforçado com a chegada de mais tropas, em quatro camiões. Simultaneamente, as forças em posição manobraram de forma a afastar a enorme multidão que se aglomerava nas imediações. As posições de tiro estavam voltadas na direcção Poente.

As Forças Armadas que patrulham o Terreiro do Paço pertencem à Escola Prática de Cavalaria, de Santarém, e cadetes da Escola Prática de Infantaria. Na Rua do Ouro, e na Rua Nova de Almada encontravam-se viaturas «Panhard».

Não há barcos de guerra fundeados no Tejo. As repartições públicas não abriram. Cerca das 9 horas, houve troca de tiros entre forças da P. S. P. e elementos do Movimento das Forças Armadas junto ao Ministério da Marinha. As detonações puseram em pânico algumas centenas de pessoas que se encontravam nas imediações. Neste local, o Movimento das Forças Armadas dispõe de cinco carros blindados, estando os seus elementos estrategicamente distribuídos em torno do Ministério da Marinha.

A meio da manhã, o Comando do Movimento das Forças Armadas forneceu à Imprensa algumas informações. Assim, ficou a saber-se que estavam detidos, por aquele Movimento os ministros do Exército, do Interior, da Defesa e do Ultramar, o chefe do Estado-Maior do Exército, o almirante Henrique Tenreiro, o general Silvino Silvério Marques e o brigadeiro Serrano, que comandou o cerco ao quartel das Caldas da Rainha, no movimento de 16 de Março.

Informações posteriores davam também como detido o dr. Geraldes Cardoso, director-geral da Informação. Todos se encontrariam no Regimento de Lanceiros 2.

Na Faculdade de Direito, embora estejam alguns professores, não há aulas. Os vigilantes fardados foram-se embora. Mantêm-se lá dois ou três que não identificam ninguém e parecem estar em atitude de espectativa.

O Palácio de Belém não apresenta qualquer protecção visível do exterior. Apenas se vê uma sentinela.

Todos os quartéis da Calçada da Ajuda estão com militares fortemente armados, com as portas abertas, fazendo do controle à entrada.

Os quartéis da GNR estão com as portas completamente encerradas.

Os bancos e as companhias de seguros não abriram hoje as suas portas. Por outro lado a quase totalidade dos estabelecimentos comerciais da Baixa estiveram também completamente encerrados.

Às 10.35, através do R. C. P., o Movimento difundia o seguinte comunicado:

«A população civil não está a respeitar o apelo já efectuado várias vezes para que se mantenha em casa. Muito embora o controlo das acções desencadeadas seja quase total, tendo já o ex-ministro do Exército abandonado o Ministério e entrado em contacto com oficiais superiores do comando do Movimento, pede-se mais uma vez à população que permaneça nas suas casas a fim de não pôr em perigo a sua própria integridade física. Em breve será radiodifundido um comunicado esclarecendo o domínio a situação».

Às 11.15, segundo informações colhidas junto do Movimento, soube-se que o general António de Spínola saíra de sua casa, acompanhado de um capitão, dirigindo-se a local desconhecido.

Às 11 e 45 era difundido mais o seguinte comunicado:

«Na sequência das acções desencadeadas na madrugada de hoje com o objectivo de derrubar o regime que há longo tempo oprime o País, as Forças Armadas informam que de Norte a Sul dominam a situação e que em breve chegará a hora da libertação.

Reafirma-se o desejo veemente de evitar derramamento de sangue mas igualmente se reafirma a decisão inabalável de responder decidida e implacavelmente a qualquer oposição que as forças militarizadas e policiais pretendam oferecer. Recomenda-se de novo à população que se mantenha calma e nas suas residências para evitar incidentes desagradáveis cuja responsabilidade caberá integralmente às poucas forças que se opõem ao Movimento.

Chama-se a atenção de todos os estabelecimentos comerciais de que devem encerrar imediatamente as suas portas, colaborando desta forma com o Movimento, de modo a evitar açambarcamentos desnecessários e inúteis. Caso esta determinação não seja acatada será forçoso decretar o recolher obrigatório.

Ciente de que interpreta fielmente os verdadeiros sentimentos da Nação, o Movimento das Forças Armadas prosseguirá inabalavelmente a missão que a sua consciência de portugueses e militares exigem. Viva Portugal!»

No largo do Carmo, uma pequena multidão não se conteve, e «assaltou» um blindado. Mãos fardadas e não fardadas no ar, os dedos em «V». Dezenas de vozes quentes e jovens a gritar em uníssono vivas a Portugal e à classe operária, e abaixos à guerra colonial. É esta a reacção das massas.

A TENTATIVA DE 16 DE MARÇO

Na madrugada de 15 (sexta-feira) para 16 (sábado), há menos de seis semanas, uma tentativa de levantamento militar foi iniciada no Regimen- de Infantaria 5, aquartelado nas Caldas da Rainha, onde oficiais com as patentes de major e capitão detiveram o comandante, segundo-comandante e três majores, após o que fizeram sair uma coluna autotransportada na direcção de Lisboa. Horas depois o movimento abortava.

Tudo tinha aparentemente começado com o lançamento de um livro do general António de Spínola, «Portugal e o Futuro». Nesta obra o vice-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (e ex-governador da Guiné) considerava como não exequível uma solução militar para o problema ultramarino, o qual, essencialmente político, reclamaria, sim, soluções políticas.

Como podera ser impressa semelhante tese? Mediante uma informação do superior hierárquico do autor, general Francisco Costa Gomes, chefe do mesmo Estado-Maior General. Nesse breve texto lia-se que «o livro com o título em epígrafe(...) apresenta, de uma forma muito elevada, a solução que julga melhor para resolver o maior problema com que a Nação se debate — a guerra no Ultramar». Mais adiante o general Costa Gomes opinava que «o general Spínola defende com muita lógica uma solução equilibrada que podemos situar mais ou menos a meio de duas soluções extremas que têm sido largamente debatidas: a independência pura, simples e imediata de todos os territórios ultramarinos, patrocinada pelos comunistas e socialistas, e a de integração num todo homogéneo de todas aquelas parcelas, preconizada pelos extremistas da direita». Depois de afirmar que «não necessitamos desenvolver grande argumentação para concluirmos que essas soluções devem ser postas de lado, a primeira por ser lesiva dos interesses nacionais e a segunda por ser inexequível», o general Costa Gomes concluia: «Julgo que o livro está em condições de ser publicado, acrescentando

(Continua na 11.ª pág.)

Uma «terceira página» que a censura proibiu

Não caberiam nos jornais de um mês, sequer nos de um ano inteiro, todos os artigos ou notícias que a Censura, e mais recentemente o Exame Prévio, nos impediu de publicar. O público estava, de um modo geral, informado das limitações que diariamente nos eram impostas. Mas, em boa verdade, era-lhe impossível avaliar com exactidão até que extremos ia a acção dos serviços encarregados de amordaçar a Imprensa, cuja prepotência se fazia sentir, indiscriminadamente, sobre os mais variados assuntos, inclusive naqueles acerca dos quais era totalmente imprevisível a sua actuação. Mas não é a história da Censura, em anos seguidos de nefasta actividade, que aqui pretendemos fazer. Tão-somente reproduzir três trechos cuja publicação ela recentemente proibiu e que, de certo modo, podem estar relacionados com o momento que vivemos. Os referidos trechos, que reproduzimos nesta página, destinavam-se à nossa «Terceira Página». O «Momento» foi escrito no dia 6 do passado mês de Março, o «De vez em quando» no dia 28 do mesmo mês e o «Ponto Crítico» em 2 do corrente. Destes mesmos artigos e da sua proibição foi, em devido tempo, dado conhecimento ao general Spínola, que manifestou posteriormente a sua opinião aos autores, respectivamente, dr. Raul Rego, Vítor Direito e Álvaro Guerra. Comentando a intervenção da Censura, o cartão que o general enviou ao nosso chefe de redacção, é bem expressivo: «Agradece penhorado a fotocópia recebida, a revelar à evidência a triste situação em que se vive». Era essa triste situação que nos impedia de levar até junto dos nossos leitores o fruto do nosso trabalho. Todos entendem as contrariedades que isso nos acarretava. Neste aspecto, esperamos que o verbo acarretar passemos sempre a escrevê-lo no passado.

de vez em quando

Tenho feito várias tentativas no sentido de encontrar uma explicação satisfatória para o caminho político que o Peru vem percorrendo desde 1968. A minha curiosidade tem sido alimentada por mão amiga que faz chegar até mim, regularmente, um número considerável de publicações peruanas. Vou lendo e pensando que entendo, mas o certo é que a dúvida não me abandonou ainda por completo. Como foi possível o ressurgimento do pequeno país latino-americano? Como sempre, para compreender o fim há que buscar o princípio. Este, encontro-o agora no primeiro discurso do general Alvarado, ao anunciar ao povo os êxitos iniciais da revolução: «As Forças Armadas, estreitamente unidas com a população civil, em autêntica fraternidade nacional, cumprem uma vez mais o seu dever, iniciando uma etapa de reivindicação de soberania e de dignidade, que ficarão como um legado precioso a nossos filhos. (...) Cómoda e agradável, mas cúmplice, seria uma posição marginal das Forças Armadas frente ao doloroso drama em que viva a Pátria. (...) O pronunciamento institucional iniciou uma revolução que jamais poderá ser detida, dado representar a inquebrantável decisão do almejado binómio Povo-Forças Armadas, a fim de pôr fim à exploração e ignomínia e aos privilégios de uns poucos (...)». São estas as palavras de um general, já então, há mais de cinco anos situado bem longe da estereotipada imagem da bota e talabarte, dos «bretes» e das dragonas. Para mim é difícil entendê-lo, mas o certo é que, presentemente, até a tradicional Cavalaria pôs de lado a espora para poder pisar o acelerador dos modernos carros de combate. Talvez nesta mudança esteja o segredo que, por enquanto, não entendo. Mas cuja revelação fica mais ao meu alcance quando descubro, numa outra leitura, que é possível substituir essa imagem por uma outra. E esta nova imagem reflecte a possibilidade do objecto real se insurgir contra os que se caracterizam pela «intolerância e total incompreensão dos problemas, por uma completa incapacidade, insensatez e cegueira política e administraitva». Longe estamos do Peru, é verdade. Mas o Mundo é cada vez mais pequeno.

V. D.

PORTUGAL, O FUTURO E O MINISTRO

Assediado pelos jornalistas madrilenos, o dr. Silva Pinto, ministro das Corporações, pronunciou-se **ontem** sobre o livro «Portugal e o futuro», da autoria do general António de Spínola, ex-governador da Guiné e ex-vice-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas. **Sobre as teses defendidas pelo prestigioso cabo de guerra — Segundo o matutino «O Século» — disse o ministro:**

«Julgo que o livro de que tanto se fala, mas que talvez não seja tão lido como parece, poderá dividir-se em duas partes. A primeira, constituindo um diagnóstico da situação militar e das condições socio-políticas do Ultramar Português. Em minha opinião, esse diagnóstico não corresponde às grandes realidades militares e político-sociais das populações dos Estados e províncias. Quanto à segunda parte do livro, propõe a adopção de uma eventual solução evolutiva desses territórios e populações, no sentido de uma federação de Estados. Não passa, porém, de uma tese meramente teórica, porventura, suscitadora de discussões e debates, mas de qualquer modo sem o apoio das realidades e tradições histórico-políticas.»

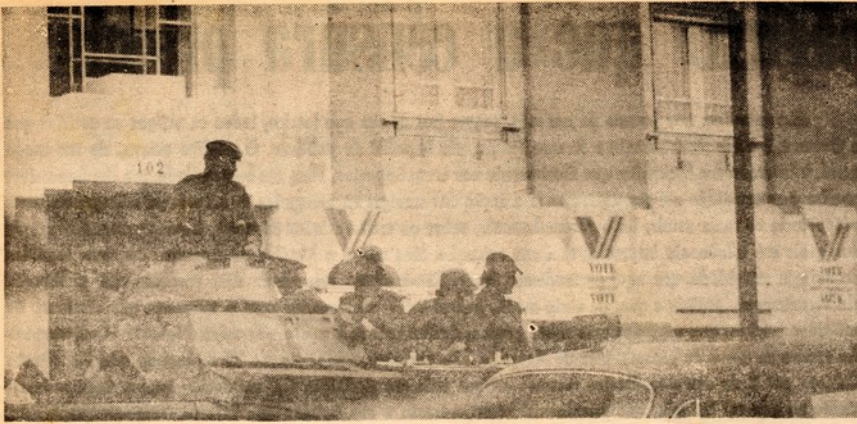
ÁLVARO GUERRA

MOMENTO

A OPÇÃO DO ULTRAMAR

Pela primeira vez no regime que de há 48 anos tomou conta do País e lhe tem traçado o destino se põe uma grande alternativa. Encontrando o seu timoneiro em 1928, o regime identificou-se com um homem cuja continuidade o actual Presidente do Conselho acentuou ser necessária ainda na última campanha eleitoral; ontem voltou a advogar essa continuidade inteira, na altura mesma de pôr à mais alta assembleia do regime, única de sufrágio directo e saída das eleições que estão na mente de todos nós, com as características que têm sido as de quantas funcionaram desde 1933 até hoje, uma grande opção: a do Ultramar, como ele disse «o mais grave problema que presentemente se põe à Nação Portuguesa». Todos nós o sabemos e todos nós o temos presente, partidários ou adversários do regime, todos o sentimos na nossa vida e «na nossa alma», se quisermos usar a linguagem do Presidente do Conselho, ainda quando os nossos lábios ou as nossas vozes o não exprimam. Trata-se, com efeito, para Portugal, de «uma das horas mais graves, senão a mais grave, da sua História, pois nunca as perspectivas se apresentaram tão nebulosas como as que se deparam à geração actual», para usarmos a linguagem do livro, que esteve ontem presente, embora não citado no hemiciclo da Assembleia Nacional, e de uma das mais destacadas personalidades do regime e onde se aponta nova opção de caminho a seguir, além do que sistematicamente tem sido trilhado desde que em 1930 se formulou o instrumento constitucional que regeria as colónias, províncias ou estados de além-mar. No mesmo livro se põe, pela primeira vez dentro do regime, uma alternativa de continuidade e pode dizer-se que com coragem se apresenta: «O problema da opção sobre o tipo de estrutura política que melhor poderá salvaguardar a unidade portuguesa gravita em torno da comparação entre duas correntes opostas, uma centrífuga e outra centrípeta em relação ao poder central, com vista a encontrar-lhes síntese que constitua solução válida, ou, pelo menos, a mais válida, dentro do respeito pelo princípio fundamental de acelerar o processo de emancipação social e económica do Portugal africano pela via do progresso. Haverá, assim, que tomar posição num quadro de duas teses. De um lado, uma concepção do poder central em termos de predomínio de forças centrípetas, resultante da tese «unitária», materializada na concentração de poderes, na universalidade das leis, na uniformidade orgânica e na centralização administrativa. De outro lado, uma concepção daquele mesmo poder em termos de predomínio das forças centrífugas, resultante de uma tese caracterizadamente federativa, materializada na desconcentração e descentralização de poderes, na especialidade das leis, na pluriformidade orgânica e na individualização efectiva das leis, na pluriformidade orgânica e na individualização efectiva dos governos locais.» E acrescenta-se logo que «na comparação das vantagens e inconvenientes das duas teses em presença, deverá procurar-se um ideário equilibrado que comporte os objectivos nacionais». Poderíamos dizer que a assembleia representativa do regime se encontra hoje, depois do discurso do Presidente do Conselho, diante de duas teses: a da continuidade integral da política do regime; ou a de uma continuidade do regime com regresso a tendências de autonomia e autodeterminação que apontam para novos rumos. Evidentemente que entre uma e outra todos nós sabemos para qual penderá a votação.

Compreendemos bem que o Presidente do Conselho, posto diante do problema levantado pelo livro do general António de Spínola, «Portugal e o Futuro» tenha sentido em causa o passado recente do nosso País; e compreendemos também que a Assembleia Nacional, intérprete da política seguida desde 1926 até hoje, o tenha acompanhado vibrantemente na pergunta e na resposta que a si mesmo se deu: «Temos estado errados? Não o creio.» E o homem que foi ministro das Colónias de 1944 a 1947, no período nevrálgico do final da maior das guerras e com o despertar de povos e continentes para novos rumos, tomando muitos deles sobre si mesmos a responsabilidade dos seus destinos, não deixa de ser coerente consigo mesmo e com o regime cuja política tem sido concorde na metrópole e no Ultramar, quando acentua: «Uma transigência ou uma abdicação num sítio logo afectaria a força de resistência no conjunto.» Nem podia ser outra a sua resposta, depois de ter dito não acreditar que tenha sido errada a política seguida pelo regime quanto ao Ultramar, e de ter optado pela continuidade do caminho seguido no último meio século, estruturado na Constituição de 1933 e de que faz parte integrante o Acto Colonial de 1930. Evidentemente que o Presidente do Conselho não aceita que «por esta via, apenas caminharemos para a desintegração do todo nacional pela amputação violenta e sucessiva das suas parcelas, sem que dessas ruínas algo resulte sobre que construir o futuro». Sem aludir ao «precedente bem vivo do porvir que receamos», o Presidente do Conselho afirma peremptório: «Só o Governo Central pode ter a iniciativa — porque tem a responsabilidade — da condução da política ultramarina. Só o Governo, em conjunto com os demais órgãos políticos da soberania — e não quaisquer outras entidades.» Nem deixa de apontar que «a obra realizada nas diversas parcelas do Ultramar português nos últimos vinte anos é imensa»; nem tão-pouco de dizer que «os soldados que guarnecem as províncias do Ultramar nestes últimos anos não estiveram a ver morrer camaradas como justificação para outros morrerem após eles». A continuidade integral de uma política que tem sido a do regime impõe-se ao homens do Governo antes de tudo o mais, nem pode «ser posta em causa a necessidade, a conveniência, a oportunidade, a extensão do esforço de defesa, por razões económicas ou financeiras».

Estamos numa encruzilhada da nossa evolução nacional e o País é de todos que não apenas dos homens do regime. Daí a necessidade de ser indispensável que a resolução seja de todos. Não se trata de palavras, mas sim do nosso destino e preciso é que todos se possam fazer ouvir e ter confiança uns nos outros para se não repetir «o precedente bem vivo do futuro que receamos» e no silêncio que o envolveu. Mais do que os regimes, sejam eles quais forem, interessa a comunidade, a vontade dos cidadãos elo dessa mesma comunidade.

Soldados aguardaram com expectativa ordens superiores

UM DIÁLOGO

Aqui Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas. Apresentamos a seguir a gravação de conversações via rádio entre os comandos adversos que por si só constitui documento que não deixa margem para dúvidas do êxito da acção desencadeada pelo Movimento das Forças Armadas. Chamamos portanto a vossa atenção para a gravação que foi captada da conversação que foi mantida pelos comandos adversos. Digam se me estão a ouvir:

— Escuto

— Pelotão procedente de reconhecimento.

«Estão todas as saídas tapadas. Não há possibilidades de romper. Têm material blindado nas embocaduras de cada rua. Estou aqui com a guarda. Mandei um pelotão fazer um reconhecimento. A Guarda fez também um reconhecimento e fez ligação com o quartel do Porto. Parece que é o último reduto.»

— Creio qeu há um ultimato para entregar até às duas horas o Presidente do Conselho. Não sei se é verdade. Escuto.

— Que possibilidade vê de prosseguir a acção? Que meios pensa poderia ter à sua disposição para prosseguir a operação?

— Não entendido. Escuto.

— Volto a dizer que meios tem para prosseguir a operação?

— Não vejo possibilidade porque está tudo atravancado e aqui há muita população metida no meio, que não nos hostiliza porque julga que estamos do outro lado. De forma que não vejo bem que os meios aéreos possam limpar aquilo. Não acredito que tenha qualquer possibilidade de fazer qualquer acção ali.

Proclamação do Movimento das Forças Armadas

Cerca das 11 horas, o Movimento das Forças Armadas tornou pública a seguinte proclamação:

Considerando que, ao fim de treze anos de luta em terras do Ultramar, o sistema político vigente não conseguiu definir, concreta e objectivamente, uma política ultramarina que conduza à paz entre os Portugueses de todas as raças e credos;

considerando o crescente clima de total afastamento dos Portugueses em relação às responsabilidades políticas que lhes cabem como cidadãos, em crescente desenvolvimento de uma tutela de que resulta constante apelo a deveres com paralela denegação de direitos;

considerando a necessidade de sanear as instituições, eliminando do nosso sistema de vida todas as ilegitimidades que o abuso do poder tem vindo a legalizar;

considerando finalmente que o dever das Forças Armadas é a defesa do País, como tal se entendendo também a liberdade cívica dos seus cidadãos;

O Movimento das Forças Armadas, que acaba de cumprir com êxito a mais importante das missões cívicas dos últimos anos da nossa História, proclama à Nação a sua intenção de levar a cabo, até à sua completa realização, um programa de salvação do País e de restituição ao Povo Português das liberdades cívicas de que vem sendo privado. Para o efeito, entrega o Governo a uma Junta de Salvação Nacional a quem exige o compromisso, de acordo com as linhas gerais do Programa do Movimento das Forças Armadas que, através dos órgãos informativos, será dado a conhecer à Nação, de no mais curto prazo consentido pela necessidade de adequação das nossas estruturas, promover eleições gerais de uma Assembleia Nacional Constituinte, cujos poderes, por sua representatividade e liberdade na eleição, permitam ao País escolher livremente a sua forma de vida social e política.

Certos de que a Nação está connosco e que, atentos os fins que nos presidem, aceitará de bom grado o governo militar que terá de vigorar nesta fase de transição, o Movimento das Forças Armadas apela para a calma e civismo de todos os Portugueses e espera do País adesão aos poderes instituídos em seu benefício.

Saberemos deste modo honrar o Passado no respeito pelos compromissos assumidos perante o País e por este perante terceiros. E ficamos na plena consciência de haver cumprido o dever sagrado da restituição à Nação dos seus legítimos e legais poderes.

A SITUAÇÃO ÀS 14 e 30

As 14.30 foi difundido o seguinte comunicado pelo posto de comando do Movimento das Forças Armadas:

«O Movimento das Forças Armadas, pretendendo continuar a informar o País sobre os acontecimentos históricos que se e s t ã o processando, comunica que as operações iniciadas na madrugada de hoje se desenrolam segundo as previsões, encontrando-se dominados vários objectivos importantes, entre os quais se citam os seguintes: Comando da Legião Portuguesa, Emissora Nacional, Rádio Clube Português, Rádio-Televisão Portuguesa, Rádio Marconi, Banco de Portugal, Quartel-General da Região Militar de Lisboa, Quartel-General da Região Militar do Porto, Instalações do Quartel-Mestre General, Ministério do Exército (donde o respectivo ministro se pôs em fuga), Aeroporto da Portela, Aeródromo-Base n.º 1, Manutenção Militar, Posto de Televisão de Tróia, Penitenciária e Forte de Peniche.

Sua Excelência o Almirante Américo Tomás, Sua Excelência o prof. Marcelo Caetano e os membros do Governo encontram-se cercados por forças do Movimento no quartel da Guarda Nacional Republicana, no Carmo, e no Regimento de Lanceiros 2, tendo já sido apresentado um ultimato para a sua rendição. O movimento domina a situação em todo o País e recomenda uma vez mais, a toda a população, que se mantenha calma. Renova-se também a indicação, já difundida, para o encerramento imediato dos estabelecimentos comerciais, por forma a não ser forçoso decretar o recolhimento obrigatório. Viva Portugal!»

CORRIDA AOS BANCOS (E ENCERRAMENTO) NO PORTO

No Porto, os Bancos estiveram abertos apenas uma hora. Cerca das 10, o Banco de Portugal, bem como o Sotto Mayor, de Fomento e Totta-Açores encerraram. Durante esse curto período de operações registou-se uma verdadeira corrida aos Bancos, com o objectivo de levantamento dos depósitos. Entretanto na Caixa Geral de Depósitos Crédito e Previdência embora aberta, os seus funcionários informam não ter provimentos.

CONFIRMADA A PRISÃO DO 1.º E 2.º COMANDANTES DA REGIÃO MILITAR DO PORTO

PORTO — Confirma-se a prisão do general Martins Soares, e do brigadeiro Oliveira Barreto, respectivamente 1.º e 2.º comandantes da Região Militar do Porto.

Problemas para os jovens espanhóis nascidos ou residentes em Portugal por causa da incorporação militar

«O governo de Lisboa» — escrevia anteontem o correspondente do diário madrileno «Informaciones» na capital portuguesa — «está a colocar perante uma difícil encruzilhada os jovens espanhóis nascidos e residentes em Portugal. Ao chegarem à idade militar, todos eles se vêem obrigados a escolher entre a incorporação nas fileiras do Exército português ou a sua expulsão prática do território, sem possibilidade de obterem, no futuro, nova autorização de residência.»

Ao chegarem à idade da incorporação — acrescenta o correspondente do «Informaciones» —, os jovens espanhóis (filhos dos espanhóis, nascidos em Portugal ou aqui vivendo) optam, logicamente, pela nacionalidade espanhola — e afectos, portanto, ao serviço militar espanhol. Reacção do governo de Lisboa até àquela data: considerar esses jovens como «personae non gratae», não lhes renovando a autorização de residência e fixando-lhes um prazo para abandonarem o território português.

Lê-se também no «Informaciones» que tal facto estava a contribuir para «a criação de um clima de mal-estar entre os membros da colónia espanhola residente em Porugal». E não só mal-estar, mas preocupação, pois «não parece existir qualquer solução legal ou jurídica para este problema, que em todo o caso deveria ser tratado no terreno da compreensão». Com algum humor o correspondente diz ainda não poder ser considerado «determinante», para o futuro português em Africa, o contingente de jovens espanhóis em idade militar residentes em Portugal.

O povo de Lisboa, naturalmente interessado no desenrolar das operações militares, foi, pouco a pouco, convencido diplomaticamente a afastar-se dos blindados estacionados na zona ribeirinha da cidade

O FASCISMO PORTUGUÊS FERIDO DE MORTE

Por MÁRIO SOARES

A origem próxima dos acontecimentos que tiveram lugar há alguns dias em Portugal, especialmente nos meios militares, remonta à publicação do livro do general António de Spínola, «Portugal e o Futuro», em 22 de Fevereiro passado, em Lisboa.

Este livro é, antes de mais, uma tomada de posição, feita com coragem e conhecimento de causa, por parte de um oficial que, ainda há poucas semanas, era considerado pelo governo de Marcelo Caetano como uma espécie de herói nacional. Recorda-se que o ditador criou para o general Spínola, em Janeiro passado, o posto de vice-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas. E enquanto os jornais portugueses, censurados, o celebravam como «o primeiro militar português», recebia das mãos do presidente da República a mais alta condecoração nacional, a ordem de «Torre e Espada».

António de Spínola era coronel no início da guerra colonial (Março de 1961) e alistou-se voluntariamente para combater em Angola. Foi também em Angola que ascendeu ao posto de brigadeiro e depois de general. Há cerca de cinco anos, foi nomeado governador militar (e também civil) da «província» da Guiné, ou seja, da colónia onde a guerrilha tem causado maior desgaste e onde, por conseguinte, a situação militar ou tornou mais difícil para o Exército português. Aí se distinguiu pela firmeza do comando, mas também pelas medidas ditas «psico-sociais» em relação à população africana, as quais nem sempre foram aceites em Lisboa. Foi também lá que o seu plano amadureceu...

De regresso a Lisboa, em finais de 1973, ajudou o governo de Caetano a fazer abortar uma tentativa de golpe de Estado dirigida pelos generais ultras Kaulza de Arriaga (antigo governador militar de Moçambique, demitido após a revelação dos massacres, em Julho passado), Silvério Marques e Luz Cunha (antigos governadores militares de Angola), sob discreta inspiração do presidente da República, Américo Thomaz. Procedeu assim não porque estivesse de acordo com Caetano mas porque esperava a sua oportunidade, sabendo muito bem que um profundo movimento de descontentamento se desenvolvia entre os «capitães» e os oficiais subalternos. Com efeito, obrigados a retomar o serviço nas colónias e— e perante uma guerra colonial cada dia mais mortífera, e cujo fim não se pode prever — os oficiais portugueses dão sinais crescentes de fadiga. Sem falarmos das tropas do contingente que devem cumprir quatro anos e meio de serviço militar obrigatório. Ora os oficiais não querem ser os bodes expiatórios duma situação que os ultrapassa e cuja responsabilidade recai unicamente sobre o Governo. O espectro duma rendição sem glória, como a de Goa, em 1961, quando os Portugueses foram expulsos do continente indiano devido à teimosia e loucura de Salazar, continua presente. É pois natural que o Exército não queira reencontrar-se em semelhante situação, na Guiné ou em Moçambique...

Por outro lado, o Exército não pode ficar insensível ao ambiente de contestação global perante o regime que vigora na Nação. Essa contestação tem-se manifestado, por diversas vezes, apesar da inexistência de meios de expressão, contra o prosseguimento da guerra colonial e pelo restabelecimento da democracia, especialmente aquando das últimas pseudo-eleições de Outubro de 1973.

A respeito disto, basta lembrarmos que o corpo eleitoral é constituído somente por um milhão e oitocentos mil eleitores bem escolhidos numa população de vinte e três milhões (colónias incluídas). Ora os candidatos do partido único, que ficaram sozinhos na liça depois de desistência da Oposição, apenas obtiveram 25 por cento dos votos, segundo informações seguras emanadas do Ministério do Interior...

A REBELIÃO ARMADA

Este ambiente de contestação — agravado pela subida do custo de vida (22 por cento de taxa de inflação em 1973) e pelo atraso económico do país em relação à Europa — contaminou o Exército, cujos oficiais subalternos e sargentos são, aliás, mal pagos.

Spínola, tendo consciência de tudo isso e querendo aproveitar-se do descontentamento do Exército, julgou a hora propícia para a publicação do seu livro. Jogou, evidentemente, com uma tomada de consciência provocada pela generalização do debate acerca das opções fundamentais do país perante a «crise mais grave que Portugal atravessa desde sempre».

O livro do general Spínola, aliás previamente aprovado pelos superiores hierárquicos deste (o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, general Costa Gomes e o ministro da Defesa, Silva Cunha), teve grande impacto na opinião pública.

Pela primeira vez em Portugal, um general com responsabilidades de comando teve a coragem de dizer em voz alta o que toda a gente murmurava há muito, ou seja: que não se pode ganhar militarmente a guerra; que o País se aproxima do esgotamento dos recursos humanos e financeiros; que Portugal não pode manter por mais tempo a sua actual política sem gravíssimos inconvenientes, dado o seu isolamento internacional; que se tem de chegar rapidamente à paz, concedendo aos povos africanos o direito à autodeterminação (segundo ele, no quadro de uma espécie de Commonwealth portuguesa); e, finalmente, que é urgente «liberalizar» as estruturas políticas do País, de modo a assegurar a participação popular a todos os níveis das decisões políticas.

Um responsável da oposição que tivesse publicado tal livro seria, sem dúvida, preso por «crime contra a segurança do Estado» ou até por «traição à pátria». Tratando-se de Spínola, compreende-se muito bem o embaraço do governo, sabendo-se principalmente que as ideias de Spínola são partilhadas por grande parte do Exército — que aliás vai mais longe que Spínola.

Todavia, logo após a publicação do livro — cujos 10 000 exemplares da primeira edição se esgotaram em 48 horas — começaram os ataques orquestrados. Primeiramente, discretos, mas logo muito insistentes.

Parece que foi o presidente da República, apoiado pelos ultras de todas as castas, que levou Caetano a agir. De qualquer modo, este convocou a Assembleia Nacional — uma Câmara de «yesmen», que nunca desempenhou qualquer papel na vida política do regime — e pediu um voto de confiança acerca da política colonial do governo. Este facto insólito mostra bem a desorientação do ditador. Uma vez adquirido tal voto, por unanimidade, evidentemente, Caetano mandou prender três oficiais conhecidos como amigos de Spínola. Depois demitiu Costa Gomes e Spínola das respectivas funções. Para os lugares deles, nomeou para chefe do Estado-Maior o general Luz Cunha, antigo ministro de Salazar, e um dos conspiradores ultras da equipa de Kaulza de Arriaga.

Desde então, as coisas começaram a complicar-se. Alguns oficiais reunidos na Escola Militar votaram pela maioria uma moção de protesto contra a demissão dos dois generais. As reivindicações de carácter corporativo deram rapidamente lugar a reivindicações tipicamente políticas. Um documento assinado por trezentos oficiais foi então divulgado clandestinamente em Lisboa.

A Guarda Nacional Republicana, fiel ao governo, teve de cercar a Escola Militar para tentar deter a agitação que, aliás, se tinha já propagado a outras guarnições da capital. Nas cidades de província — em Chaves, Lamego, Porto, Viseu, Leiria, Beja e Elvas — também houve diversos movimentos de protesto e um começo de rebelião espontânea. Por fim, a guarnição das Caldas da Rainha revoltou-se, prendeu o comandante e marchou sobre Lisboa, ao alvorecer de 16 de Março.

Durante todo esse tempo, os generais Costa Gomes e Spínola não agiram. Mal coordenada e bastante confusa nos objectivos, a rebelião morreu na casca, sufocada pelas forças fiéis ao governo, essencialmente pela Guarda Nacional Republicana e pela Polícia. Foram presos dezenas de oficiais e, contrariamente ao que o regulamento militar estipula, entregues à polícia política (a ex-Pide, actual D. G. S.).

Nem por isso a calma voltou. Os comunicados ultraplatónicos do Governo provam o embaraço deste e não satisfazem ninguém. Toda a gente quereria saber mais, mas é impossível obterem-se elementos sérios de informação. A censura investe e os jornais amordaçados continuam a falar de futebol para encherem as páginas. Donde, essa impressão de indiferença popular que choca todos os jornalistas estrangeiros que em grande número acorreram a Lisboa.

De qualquer forma, é certo que a revolta espontânea dos oficiais não foi mais que um começo. O mal-estar agravou-se com a repressão. É agora que a verdadeira tomada de consciência começa e ela não deixará de dar os seus frutos. Dentro de um mês ou de um ano... mas é inevitável!

Para já, é preciso sublinhar que o primeiro vencido foi o próprio Caetano. Este perdeu completamente a face e, com toda a evidência, já não tem uma política coerente: tornado num fantoche nas mãos dos *clans* divididos do Exército, ele está mais que nunca prisioneiro dos ultras, na medida em que é obrigado a demitir os seus aliados conjunturais de há um mês. O segundo vencido é, talvez, Spínola, se é verdade que est: fez declarações atenuantes que lhe são atribuídas pelo Governo.

Mas mais importantes que a personalidade do general Spínola ou mesmo que as suas reacções são as forças que ele exprime e que o empurram. O que domina em todo este processo é a divisão do Exército.

Pode-se agora afirmar que pelo menos uma parte deste (talvez a mais significativa) é contra a guerra colonial e não tolera mais a ditadura. Esta simples contestação abre um ciclo novo na história do fascismo português e conduz necessariamente à imposição, a curto prazo, de mudanças políticas fundamentais. A base de apoio do regime, já muito restrita anteriormente, fecha-se ainda mais, e perigosamente.

Caetano perdeu a sua credibilidade, mesmo em face dos seus amigos americanos ou dos seus partidários da NATO. Mais do que nunca o regime fascista e colonialista português está isolado no interior do país e no estrangeiro. Mesmo os seus mais próximos aliados e amigos — os Espanhóis, os Brasileiros e o Vaticano — afastam-se progressivamente...

A Oposição, na pluralidade das suas diferentes correntes, representa pela certa a grande maioria do país, mas ela dispõe de fracos meios para se fazer ouvir. Ela permanece, pois, silenciosa e é a vítima escolhida por uma repressão atroz que não desarma.

Notou-se, com razão, que a Oposição ficou estranhamente afastada dos últimos acontecimentos. É verdade, em parte. Além disso, as divisões no seio da hierarquia militar — reflexo das divisões da classe dirigente — não lhe dizem directamente respeito. Todavia, o movimento dos capitães coincidiu com a Oposição em várias das reivindicações. É uma convergência importante. Deve-se, aliás, dar-lhe relevo, porque mostra este fenómeno de osmose que penetra, a todos os níveis, a sociedade portuguesa: as reivindicações democráticas da Oposição tornam-se contagiosas e avolumam-se.

Entretanto, trata-se de organizar o combate final contra o fascismo e o colonialismo, feridos de morte. Este combate deve ser unitário para ser eficaz, e deve ser sem equívoco. Precisamos de reconquistar a democracia e reconhecer aos povos africanos a independência. O Partido Socialista empenha-se, por sua vez, em procurar coordenar os seus esforços com os de todos os outros partidos e forças de Oposição ao regime, sobretudo com os que se reclamam da classe operária e do socialismo.

(Artigo publicado no semanário parisiense «L'Unité»)

«O Povo, realista, na sua inteligência por vezes ingénua, esse emigra. Esta é a prova evidente de que algo terá de ser revisto à luz de um espírito novo. (...)

É no Povo que reside, de facto, a reserva moral da Nação.

É pois no sentido da unificação desse Povo em torno dos seus interesses, que tem de encontrar-se a solução dos problemas do presente. Para tanto, impõe-se equacionar o problema nacional na base de um renovado espírito de unidade. De uma unidade edificada na prosperidade, na vivência e na participação, e jamais dogmaticamente postulada por determinação da lei».

Excerto de «PORTUGAL E O FUTURO» do general António de Spínola

---

SETE PESSOAS FERIDAS

Recolheram ao Hospital de S. José, por terem sido atingidos por tiros, durante o golpe militar, os seguintes cidadãos: Maria Emília Marques, de 32 anos, e Carlos Alberto Carvalho Parreira, de 35, ambos com ferimentos muito graves; Maria Fernanda de Jesus, de 18; Fernando José Venâncio Pereira, de 15; Arnaldo José Marques, de 16; José Morgado Rodrigues, de 21, e Joaquim da Silva Guerra, de 20 anos.

Desconhece-se, por enquanto, o número e a identidade de outros feridos.

FOI TOMADO PELO EXÉRCITO O QUARTEL DA G.N.R. DO PORTO

PORTO — Embora ainda com certas reservas podemos informar que o quartel do Carmo da G.N.R., nesta cidade, foi tomado pelos comandos de Lamego.

Entretanto o Quartel General está de prevenção com tropas ao redor.

A Polícia de Segurança está recolhida no quartel e nas diversas esquadras.

A população faz a sua vida normal.

OCUPADAS AS INSTALAÇÕES DO R. C. P. NO PORTO

Às 15 e 30, vinte homens do CICA 1 sob o comando do alferes Freitas ocuparam as instalações do Rádio Clube Português no Porto, na Rua Tenente Valadim.

MOVIMENTO DE TROPAS NO PORTO

PORTO — Cerca das oito horas soubemos que o posto do R.C.P. de Miramar tinha sido tomado pelas Forças Armadas.

O Exército ocupava a ponte da Arrábida, enquanto por toda a cidade se via grande movimento de tropas.

«SERÁ ESTE O PREÇO JUSTO Q TEM DE PAGAR PELOS ERROS

—interrogação formulada pelo general Spínola, numa na presença do enviado

Em Outubro de 1972, a convite do general Spínola, então governador geral da Guiné, deslocou-se a Bissau o nosso chefe de redacção Vítor Direito. O convite, dirigido a «República» foi aceite com uma só condição: o nosso enviado especial entrevistaria o anfitrião e escreveria um primeiro artigo cuja publicação só se faria se a Censura não fizesse sequer um corte parcial. As provas da entrevista e do artigo estiveram retidas na Comissão de Exame Prévio cerca de trinta dias e acabaram por vir com o carimbo de «Proibido». Ainda que, dado o afastamento no tempo, tanto a entrevista como o artigo tenham hoje apenas um relativo interesse, não queremos deixar de dar este trabalho a estampar, na certeza de que muitos dos nossos leitores encontrarão nele algo aproveitável, como achega para o momento que vivemos nos últimos dois anos.

1

— Por mais de uma vez, tem afirmado V. Ex.ª que «nunca a política de um Governo pode ser autêntica se não se orientar pelos anseios das massas populares, auscultadas através de um diálogo permanente». Em que medida tem procurado praticar essa regra durante a sua governação da Guiné? Acha que o diálogo deve ser franco e aberto ou entende necessário restringi-lo sobre alguns aspectos?

— Penso que o diálogo deve ser, a um tempo, suficientemente franco e aberto sobre a essência dos problemas em ordem a permitir que se encontrem as melhores soluções, mas restrito quanto necessário para que adquira operatividade e consistência. Parece-me, de resto, evidente o imperativo de evitar a esterilidade e a inconsequência de discussões generalizadas em torno de problemas muitas vezes de âmbito restrito.

Este conceito impõe, todavia, que se acautele o risco de vir a ser utilizado como instrumento de controlo político por minorias activas, pelo que pressupõe certas exigências de base. As opiniões individuais ou das minorias deverão poder manifestar-se livre e civicamente, em ordem a que da multiplicidade de opiniões escutadas, cada um possa formular o seu juízo e por essa via seja autêntico e consciente o mandato conferido pelos cidadãos aos seus representantes. Por outro lado, não podem os governos ignorar os «inputs» que, sem essa liberalização, jamais pesariam, como devem, nas suas decisões. E finalmente haverá que dar uma estrutura vertical a todo o esquema, de modo que em cada escalão do diálogo possa ser feita a triagem que se impõe sem quebra do princípio fundamental da cidadania dos indivíduos. Foi no respeito por estas exigências de base, que na Guiné se ensaiou um processo de auscultação ajustado ao actual padrão cultural das populações; processo que teve a sua concretização prática na realização dos «Congressos do Povo» que se revelaram incontestavelmente operativos e eficientes.

2

— Na abertura da recente sessão ordinária do Conselho Legislativo da Guiné V. Ex.ª afirmou: «Cada vez estamos mais firmemente convencidos de que jamais se construirá na Guiné algo de verdadeiramente válido e duradouro se não formos ao fundo do problema e não materializarmos uma solução por todos desejada e universalmente aceite». Importa-se de explanar algumas considerações sobre esta afirmação e de apontar os principais elementos da solução a que alude?

— Nada me custaria, se o julgasse indispensável para esclarecer ou completar o pensamento expresso. Todavia creio que quaisquer considerações seriam redundantes na medida em que julgo ter então mencionado tudo quanto me pareceu oportuno discorrer sobre a essência de problemas cuja solução tem de impôr-se universalmente pela justeza, coerência e legitimidade.

3

— Quais as bases fundamentais para se conseguir uma sólida unidade político-económica entre africanos e europeus?

— É uma questão difícil de condensar, e por isso me reporto à hipótese simplificadora de uma solidarização global cobrindo os seus aspectos políticos, económicos e sociais, aliás por tal forma interpenetrados que me parece poderem ser tratados em conjunto.

Teremos, para essa solidarização, que partir do facto real da reserva de energia acumulada pelos africanos, explosivamente revelada perante o súbito impacto da revolução tecnológica da segunda metade deste século. Muito tempo confinados a si mesmos, a aceleração da sua abertura às perspectivas da era que vivemos equipara-os, a povos extremamente jovens, e como tal exuberantes, desejosos de afirmação, reconhecendo a necessidade de serem ajudados mas reagindo violentamente a tutelas impostas. Do menosprezo com que esta realidade tem sido encarada resultam as atitudes insólitas que por vezes neles testemunhamos, e que são todavia mais reacções incontroladas do que acções irresponsáveis; atitudes porém que logo são comentadas com sarcasmo e tomadas como argumentos para pressões tutelares de novo estilo, assim se entrando num círculo vicioso cuja rotura violenta é fácil de prever. Creio que desta primeira análise pode resultar um dos fundamentos de uma sólida unidade entre africanos e europeus — a supressão das tutelas, e o estabelecimento de um clima de recíproco respeito e de um programa de ajuda cujos fins não ofereçam dúvida quanto à sua isenção.

A partir de uma tal adequação de mentalidades e de esquemas à realidade africana tal como é e não como se pretende que seja, tudo surgirá mais simples. A instituição de uma estrutura política preponderantemente vertical com ampla autonomia a todos os níveis; a democratização racional das instituições de base; a participação efectiva dos africanos na vida política, económica e social de um Estado assim concebido; o princípio de, em todos os níveis, atribuir as responsabilidades de administração aos mais aptos, desde que controlado por órgãos colegiais moderadores que os impeçam de resvalar para formas de dominação; a harmonização de interesses complementares e da sua recíproca satisfação com incontestável vantagem para todos; a intensificação do intercâmbio entre africanos e europeus e a miscegenação cultural são outros tantos fundamentos que decorrem do diagnóstico que formulamos sobre as sociedades africanas. Passando deta construção genérica para o nosso caso específico, haverá apenas que estabelecer as analogias decorrentes. E temos, a tal respeito, um passado que fornece excelente impulso a esse processo integrador.

4

— Considera que as influências externas deixarão de pesar no futuro da Guiné a partir do momento em que se atinjam os objectivos da presente evolução política?

— É evidente que não; mas creio haver fortes razões para acreditar que, atingidos tais objectivos, o peso dessas influências se reduzirá a proporções significativamente menores, com natural reflexo no futuro da Guiné.

5

— Como entende que deverá ser, na prática, uma Federação de Estados Portugueses?

— No quadro de sínteses em que decorre esta troca de impressões, julgo que, na prática, poderá conceber-se uma forte solidarização dos actuais e futuros Estados Portugueses sobre a base de uma sólida unidade político-económica entre africanos e europeus.

6

— Que entende por Portugalidade?

— Tenho sustentado a tese de que a unidade do Todo Português terá de consolidar-se em torno de quanto seja susceptível de solidarizar as suas parcelas, tão flagrantemente heterogéneas. Parece-me assim essencial que se dinamize a novo ritmo o desenvolvimento desse substrato agregador, o que pressupõe uma atitude fundamentalmente volitiva, na medida em que será utópico pensar-se em construir a Unidade Nacional sobre outra base que não seja a de uma geral autodeterminação. Creio ser evidente que um tal sentimento apenas se desenvolverá à luz de uma concepção realista da pluralidade de tradições, necessidades e aspirações que caracterizam as comunidades humanas onde lançámos o embrião da cultura lusíada. Entre todas essas comunidades terá de reforçar-se uma mais perfeita simbiose em clima de permuta, nada impondo, mas antes emprestando quanto decorre de um estádio mais avançado do desenvolvimento tecnológico, e recebendo participação voluntária e cada vez mais sólida, n quadro de uma vasta comunidade de comunidades que recipro camente se complementarão. Tal será o Portugal do futuro construído sobre esse sentimento comunitário a que se impõ dar corpo à luz de um conceito renovado de unidade tornad autêntica e incontroversa por autodeterminação das sua gentes.

Poderia ter chamado «portuguesismo» a esse substrat agregador; mas há que reconhecer que o termo sugere um generalização do que afinal é bem particular. Considero po isso o termo «portugalidade» melhor ajustado para defini esse outro sentimento mais lato, que se consubstancia n desejo unívoco de expressão dentro de um contexto lusíad estrturado e dimensionado de modo a que a ele adiran espontaneamente e nele caibam sem atrofia todos os seus tã marcados regionalismos. Creio, assim, ter esclarecido o qu pretendo significar com «portugalidade».

7

— Considera que no curto espaço de tempo da su governação já se criou na Guiné «o indispensável alicerc humano» necessário para «consubstanciar um processo evolu tivo» que se anuncia e que V. Ex.ª afirma ser fundamenta institucionalizar e tornar consequente a longo prazo?

— Esse espaço de tempo ocupou, praticamente, os quatr anos de um mandato normal, o que não é período tão curt como a sua pergunta sugere. Repare-se, todavia, que m refiro ao tempo consumido na criação do substrato indis pensável à consubstanciação dum processo evolutivo, est evidentemente bem mais morosa.

8

— V. Ex.ª afirmou, num dos seus discursos, que só poder considerar-se como doutrina social autêntica aquela qu embora estruturada pelas élites, se baseie na adesão da massas populares. Entende que essa adesão deve obter-s antes ou depois da doutrina em questão estar estruturada

— Perfilhando uma tese actual, penso que as doutrina não serão operativas sem que se transformem em ideologia pela aquisição de uma espessura social obtida através d toda a cadeia de sínteses, simplificações e particularizaçõe que as abstracções contidas nas concepções iniciais sofren ao longo das diversas camadas em que vão penetrand Deste modo, as doutrinas vão ganhando uma corporizaçã dimensionada às respostas que proporcionam perante a interrogações e necessidades dos grupos humanos que ati gem. E por mais clara que seja a visão dos doutrinadore ou mais estrénuo o fervor dos prosélitos, as doutrinas qu não provoquem esse processo de elaboração social e nã ganhem por essa via aquela espessura humana carecem d autenticidade.

Já vê, portanto, que a adesão da massa às doutrina ideológicas surge em termos de adopção generalizada d conceitos simplificados e reformados por uma dialética d restrita amplitude; e ainda que entroncadas na raiz inicia algumas das máximas adoptadas pela massa sofrem sensív distorção em relação aos objectivos teóricos concebidos pelo doutrinadores.

Desta forma, a adesão das massas não é tanto um atitude a obter como um fenómeno a constatar; e não é ante nem depois mas sim durante a formação da espessura soci que se mede a autenticidade das doutrinas. É evidente qu a sua formulação é o ponto de partida; mas não será meno evidente que a sua autenticidade se revela «à posteriori», n medida em que o objectivo teórico se ajuste à realidad concreta do ambiente social considerado.

9

— Outra afirmação feita por V. Ex.ª: «No mundo d hoje, cada vez é menos possível governar os povos senão e seu nome e por seu mandato». Para se conseguir o refle de uma verdadeira e integral vontade do povo entende V. Ex que ele deve, nos momentos decisivos, expressar-se por sufr gio universal directo?

— Em tese pura não vislumbro muito bem que outr concepção seja defensável de forma convincente. Mas repar que me reporto ao plano da consideração abstracta do refle da vontade geral. Passando daí para a materialização do pri cípio na prática política, parece poderem aceitar-se outra fórmulas que, sem perderem autenticidade, se revelem mai adequadas a circunstâncias específicas. O ponto é que seja operativas e traduzam, de facto, o sentimento dos povo Aliás, há casos de processos adaptados da tese teórica se que seja posta em causa a autenticidade da vontade qu traduzem.

UE A JUVENTUDE PORTUGUESA DOS SEUS ANTEPASSADOS?»

visita a soldados mutilados no hospital militar de Bissau, especial de «República»

10

— O progressivo aumento da Força Africana tem-se reflectido no número de militares que o Continente mantém ao serviço no território da Guiné?

— De forma significativa, poderei dizer-lhe que por enquanto ainda não.

11

— Afirmou V. Ex.ª que a doutrina político-social agora instituída — «baseada na evolução natural dos povos africanos, processada em clima de crescente audiência das populações e no mais profundo respeito pelas suas instituições» — tem tido a mais alta receptividade nos países vizinhos. Em que factos ou informações baseia essa afirmação?

— Não só nos elementos de que dispomos sobre aspectos de reacções das populações daqueles países como em factos concretos de que lhe cito, como exemplos, as manifestações de que o Governador da Guiné tem sido alvo nas suas deslocações a pontos de fronteira, os pedidos dos textos aqui reproduzidos que nos são solicitados de Dakar e a atitude das populações dos dois países limítrofes que diariamente acorrem à Guiné Portuguesa para mercadejar e receber assistência; isto além de outros factores que ainda é prematuro referir.

12

— Quantos militares do Comando-Chefe da Guiné estão prisioneiros nas nações africanas limítrofes? Há negociações para a sua libertação? Bissau tem notícias regulares da sua situação? Como é encaminhada a correspondência que lhes enviam os familiares?

— Há, neste momento, dez militares prisioneiros na República da Guiné; os outros aspectos da sua pergunta situam-se no âmbito do Governo Central, por onde decorrem todos esses assuntos.

13

— Quantos nativos da Guiné frequentam cursos superiores (e que cursos) na Metrópole? Qual o total de licenciados oriundos da Guiné desde 1945?

— Como calcula, não tenho presente os números; mas trata-se de elementos que poderá obter na Direcção dos Serviços de Educação do Ministério do Ultramar ou nos Serviços de Educação Provinciais, que lhos fornecerão.

14

Há publicações estrangeiras à venda na Guiné? Quais? Desde o início das hotilidades já foram tomadas medidas de proibição afectando determinadas publicações estrangeiras (e quais)?

— Na Guiné encontram-se à venda as publicações que os livreiros desejam transaccionar, não tendo sido necessário tomar qualquer medida restritiva.

15

— Qual a tiragem do único jorna local, «Voz da Guiné»? O jornal faz reportagens de operações militares? Como se explica que o seu director seja simultaneamente o responsável local pela Comissão de Exame Prévio? Acha que o jornal tem «credibilidade»?

— Sinceramente não sei qual a tiragem actual da «Voz da Guiné».

«Quanto a reportagens de operações militares é evidente que o jornal tem toda a liberdade para as fazer nas mesmas condições em que tem sido facultado a todos os jornalistas que têm visitado a Província.

«Relativamente ao facto de o director do jornal desempenhar simultaneamente as funções de Presidente da Comissão de Exame Prévio, há que considerar a circunstância de existir na Guiné apenas um jornal que, obviamente, seria e único objecto desse exame. Nestas condições, dado que a lei obriga à existência da Comissão e que, por outro lado, há que evoluir para uma Imprensa responsável, julgo que esta foi a melhor forma de, sem desrespeitar a lei, dignificar a Imprensa diária da Guiné.

«No que respeita a grau de credibilidade do jornal, julgo que este depende fundamentalmente da sua independência, o que só poderá ser aferido através da opinião generalizada dos seus leitores, e sendo assim não estou em posição de lhe expressar uma opinião autorizada; o que lhe posso afirmar é que a «Voz da Guiné» não é porta-voz nem órgão

(Continua na 10.ª pág.)

Troco a madrugada fria de Lisboa pelo sufocar viscoso de uma manhã tórrida de Bissau. Ainda no ar, a bordo do «Boeing» da TAP que, no caminho, embarcou emigrantes cabo-verdianos destinados à Metrópole, tento arrumar ideias, encontrar para mim próprio, no espectro profissional, a fundamentação justa desta viagem. Que venho eu fazer à Guiné? A pergunta avoluma-se no meu espírito, ganha foros de obsessão. Liberto-me, porém, circunscrevendo os parâmetros da minha missão aos precisos limites estabelecidos: vou a Bissau entrevistar o general António de Spínola. Só e mais nada.

Olho para o exterior, ao longo da estrutura metálica da asa do avião, onde os «flaps» começam já a movimentar-se para a aterragem. À minha direita nuvens negras acastelam-se, rasgadas de onde em onde por rútilos relâmpagos. Pela janela oposta à minha, do lado esquerdo, vislumbram-se raios de sol a romper a névoa, num esforço supremo de vencer a borrasca. A realidade meteorológica tem, neste momento, e para mim, um significado que se projecta: no mesmo céu coexistem nuvens escuras e raios luminosos, relâmpagos e tranquilidade, trovoada e bonança, guerra e paz. No meio de tudo isto — o homem.

Paredes meias com a base aérea militar, o aeroporto de Bissau seria igual a centenas de aeroportos africanos se não fossem as estruturas bélicas que o enquadram e dão ao visitante o primeiro sinal do cenário de guerra que vai topar a cada passo durante a sua estada na Guiné. De guerra, porém, por motivos óbvios, nem uma palavra mais encontrará o leitor nas linhas que vou escrever.

* * *

Procuro refúgio no diálogo. E devo dizer que a capacidade de dialogar que venho encontrar na Guiné é a primeira e talvez a maior surpresa da minha apressada visita a esta parcela de África.

Não há aqui reticências, nem temores. Fala-se abertamente de tudo, sem um único tabu, nem tão pouco com a preocupação de saber quem é e como é o dono das orelhas postadas junto a nós. Avalia-se pois a reacção do metropolitano recém-chegado.

* * *

A segunda surpresa, confesso-o lealmente, tive-a logo que me avistei com o general António de Spínola no seu gabinete de governador.

A imagem que dele idealizava, e corresponde, certamente, à de muitos dos meus leitores, cai por terra ao primeiro contacto. Não se adivinha, num só dos seus gestos, numa única atitude, como depois nas palavras e no convívio, a menor característica do militar rígido, de corpo hirto e espírito inflexível. Pelo contrário: a farda veste-a tão à-vontade como qualquer elegante usa o «smoking»; o sorriso franco sublinha constantemente a palavra fácil e ágil; o próprio monóculo, em vez de lhe endurecer a figura, dá ao rosto arredondado um toque subtil da mais pura linha romântica. É este «homem novo» para mim quem me recebe afavelmente e com o qual mantenho conversa chã e despida de preconceitos ao longo de mais de quinze horas repartidas por quatro encontros verificados durante a minha curta estada na Guiné.

A surpreendente revelação — a troca de um símbolo nazi pela imagem de um homem coerente — sinto-a confirmada no que ouço e vejo em escassos sete dias. Nas duas derradeiras sessões do último conselho legislativo, a que assisto, admiro-me com o tom perfeitamente democrático com que são discutidas e votadas alterações ao projecto de reforma do Estatuto da província, por forma a ajustá-la aos princípios consignados na nova Lei Orgânica do Ultramar.

* * *

Recorde-se que, na sessão de abertura, o general António Spínola, ao apontar a solução do problema que nos aflige, disse nomeadamente: «Só teremos, efectivamente, resolvido o problema quando oferecermos aos africanos um país que de facto sintam também seu e onde encontrem satisfação dos seus anseios de bem-estar e, sobretudo, de expressão social e política. E, perante esta realidade, os portugueses europeus não poderão ignorar que a autêntica unidade nacional se constrói pela via da sua desinteressada participação na construção de cada uma das parcelas que hão-de integrar o Portugal pluricontinental do futuro, dotado de uma estrutura política por todos aceite pela evidência da sua afirmação. Para tanto, impõe-se tornar em realidades evidentes três pontos fundamentais da nossa evolução política. O primeiro terá de ser uma ampla autonomia dos territórios ultramarinos, dando finalmente corpo ao espírito que enforma as disposições constitucionais, tão perfeitamente definidas na lei fundamental como ambíguas na aplicação. Autonomia que terá de consubstanciar-se na consagração dos órgãos electivos do Governo próprio que a Constituição outorga aos territórios ultramarinos, e na ampla descentralização da competência legislativa indispensável para que essa autonomia não resvale para o campo da mera teorização. O segundo ponto terá de assentar na preocupação de conferir aos territórios ultramarinos e às suas populações, adequada representatividade com exclusão de sentimentos paternalistas ligados a ultrapassados conceitos de preparação das massas africanas; representatividade que para ser efectiva deverá brotar de autênticos representantes da vontade do povo, o que nos aponta a institucionalização dos congressos; representatividade que pressupõe, ainda, a nível central, uma proporcionalidade adequada que não deixe dúvidas a ninguém quanto à sua legitimidade. Finalmente, o terceiro ponto deriva da necessidade de conferir a todos os territórios estruturas coerentes com o espírito comunitário do todo em construção, para que este seja efectivamente aceite pelas comunidades a integrar.»

* * *

Regresso a Lisboa com a convicção de que estas palavras se identificam, presentemente, com o pensamento de António de Spínola. Mais: que são um teorema cujo enunciado advém do estudo profundo da situação, moldado pela experiência de quatro anos vividos à frente do Governo do território da Guiné. Teorema que, gradualmente, se transforma em corolário, ganhando expressão real nos Congressos do Povo, na fundação de cooperativas que defendam os naturais da ganância despudorada dos monopolistas ou na criação de um mais fácil acesso dos autóctones à instrução («190 escolas criadas num só ano e fornecidas com livros para as crianças da Guiné elaborados por professores da Guiné»). Corolário que se afirma incontroverso em face dos 16 mil guinéus que constituem, hoje em dia, a Força Africana, toda ela formada por voluntários, numa demonstração de total confiança nas coordenadas gerais da política seguida pelo actual governador.

* * *

Neste contexto, a política do general António de Spínola caracteriza-se, tanto quanto me foi dado ver, por uma busca séria dos motivos reais que estão na origem de acontecimentos e de factos sobejamente conhecidos. Uma vez descoberta a verdadeira sintomatologia da «doença» ficará de pé a necessidade de se aplicar a terapêutica adequada.

Durante uma visita ao Hospital Militar de Bissau, numa das enfermarias cheias de feridos em combate, o general António de Spínola comentou para os presentes, entre os quais estava o repórter: «Será este o preço justo que a juventude portuguesa tem de pagar pelos erros dos seus antepassados?»

No ar, ficou apenas a pergunta. E, em nós, a esperança de que os nossos filhos não venham a formular idêntica interrogação, pondo em causa atitudes erróneas dos seus antepassados mais recentes.

VÍTOR DIREITO

TEMPO DE DÚVIDA E PERPLEXIDADE

«Não nos rendemos. Estamos a lutar por uma causa justa. A Assembleia Nacional não tem representatividade popular. A exoneração do general Spínola é um insulto. Vim há quinze dias da Guiné e não me admira nada que, dentro em pouco, estejam massacrados 5000 homens. Só nos rendemos com ordem do Spínola» — isto foi o que disse (ao megafone) um tenente do regimento de Infantaria 5 das Caldas da Raínha, na manhã do dia 16 de Março transacto, dirigindo-se ao brigadeiro Pedro Serrano, que comandava as forças fiéis ao Governo de Marcelo Caetano. Efectivamente, o quartel das Caldas da Raínha acabaria por se render e a intentona malogrou-se. Hoje, porém, o «Movimento dos Oficiais» já deu a resposta ao Governo e, à hora em que redigimos esta nota, o brigadeiro Serrano está detido à ordem dos insurrectos.

Não podemos **«admitir que hoje se morra apenas para que amanhã continue a morrer-se»** — escreveu o general António de Spínola no seu livro **«Portugal e o Futuro»**. A doutrina não era nova: as classes trabalhadoras, os universitários e os movimentos de Oposição já claramente se tinham pronunciado acerca do «impasse» ultramarino que, de todo em todo, bloqueia a vida nacional. Simplesmente António de Spínola teve indiscutivelmente o mérito de ser o primeiro oficial-general das Forças Armadas a afirmar

comentário de MÁRIO MESQUITA

abertamente a impossibilidade de prosseguirmos na mesma política colonial.

Isso custou-lhe, naturalmente, a demissão do posto de Vice-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, que então ocupava, e obrigou o Governo de Marcelo Caetano a definir-se inequivocamente, procurando apoios à sua direita e vinculando-se irremediavelmente à continuidade salazarista. A demissão de Spínola esteve na origem de uma verdadeira crise nacional. Depois do voto de confiança hipócrita de um parlamento que não representava a Nação e que vivia na obediência servil do Executivo, registou-se a conspiração abortada das Caldas da Rainha — ao que parece, mero incidente derivado da descoordenação de alguns sectores do Exército com os chefes do movimento insurreccional.

Seguiu-se um período de «vazio político», em que as «conversas em família» rarearam em número e convicção, até que, na madrugada de hoje, foi anunciado, pela rádio, que as Forças Armadas tomaram conta do poder para «libertar o país» do regime que no oprime há mais de quarenta anos.

Perante a evolução dos acontecimentos, é natural que as Forças Armadas apelem, neste grave momento, para os generais António de Spínola e Costa Gomes, chamando-os a ocupar o poder, ao menos provisoriamente. Mas qual o programa que vai ser aplicado, quais as medidas que o novo governo vai tomar a curto e longo prazo? Naturalmente, a Nação aguarda a resposta a estas questões. E, sobretudo, àquelas que dizem respeito às liberdades públicas e à guerra.

Lisboa acordou com o espectáculo inesperado de homens em armas, ao mesmo tempo que pela rádio se anunciava a libertação do País

Quanto à questão das liberdades públicas, os documentos emitidos, antes da intentona das Caldas, pelo então chamado «Movimento dos Oficiais (v.d. «A Tentativa de 16 de Março», nesta mesma edição), são bem claros ao preconizar a **«obtenção a curto prazo de uma solução para o problema das Instituições no quadro de uma democracia política»**. O mesmo não se poderá dizer do livro do general Spínola, onde as virtudes da prudência largamente se impuseram às vantagens da clareza. Refere-se, é certo, em **«Portugal e o Futuro»**, que é necessário estabelecer um regime de liberdade no capítulo da Informação — alusão evidente à tão desejada supressão da instituição da censura prévia. Sem deixarmos de reconhecer o importante avanço que constituiria a abolição da censura, compete-nos lembrar — no desempenho do papel de garantes das liberdades que deverá ser o nosso — que a democracia política não se confina à livre expressão de pensamento, nem esta se reduz à política da informação. Necessário seria, além da liquidação da polícia política (PIDE-D.G.S.), que se legalizasse a existência de partidos políticos até agora remetidos à clandestinidade.

No que à questão da guerra do Ultramar respeita, os comunicados que precederam a tentativa das Caldas falam na urgência de tomar em conta **«a realidade incontroversa da funda aspiração dos povos africanos a governarem-se por si próprios»**. Por sua vez o livro de Spínola, adiantando a proposta de uma solução federal, considera prioritária a realização de um «referendum», para que sejam auscultadas as populações africanas. Contudo, não se definem as condições em que tal consulta se realizará — e nunca, ao longo de todo o livro, se admite expressamente a hipótese de negociações com os próprios movimentos africanos.

Nesta ocasião, em que muitos portugueses se debatem na dúvida e — porque não dizê-lo? — na perplexidade, outra coisa não poderemos dizer que não constitua a reafirmação daquilo mesmo que sempre defendemos: a profunda democratização do país e a solução negociada da guerra do Ultramar, no respeito do direito dos povos à autodeterminação. É que a perplexidade do povo português não respeita certamente ao seu desejo de paz e liberdade, mas sim aos acontecimentos que neste momento se desenrolam e ao rumo que as Forças Armadas vão imprimir à política nacional.

O nosso voto — que o Exército saiba interpretar corajosamente os verdadeiros anseios do povo português.

(Lisboa, 25-4-1974, 13 horas)

A NAÇÃO É O VERDADEIRO SUPORTE MORAL DAS FORÇAS ARMADAS

—afirmara o general Spínola na posse do cargo de vice-chefe do Estado-Maior General

A eficiência e o prestígio das Forças Armadas «só se conquistam na disciplina e pelo elevado sentido cívico, isenção e absoluta independência que terão de caracterizá-las» — afirmou o general António de Spínola, ao tomar posse do cargo de vice-chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, no dia 17 de Janeiro deste ano. A posse foi-lhe conferida pelo ministro da Defesa Nacional, prof. Silva Cunha, que chamou ao general Spínola «chefe militar de qualidades ímpares».

No seu breve discurso, o general António de Spínola afirmou: «Decidiu o sr. Presidente do Conselho, de acordo com V. Excelência, nomear-me para o cargo de vice-chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, em cujas funções acabo de ser investido. Recebo-as na plena consciência das responsabilidades que acarretam e que não enjeito; consciência revigorada no contacto directo com as realidades da conjuntura, desde há muito apontando para a imperiosa necessidade de reestruturar as Forças Armadas em ordem à sua eficiência, assegurando-lhes concomitantemente o prestígio que lhe é próprio como expressão viva da consciência nacional».

E depois: «Sou dos que sempre pensaram que a Nação — consubstancialmente na massa anónima do povo que a conforma — é o verdadeiro **suporte moral** das Forças Armadas, incutindo-lhes como tal um carácter de absoluta **integração** nos valores por que a própria Nação se define».

Soldados do Movimento percorreram a cidade em blindados ligeiros

AVARIAS NOS TELEFONES E FORNECIMENTO DE ELECTRICIDADE

A partir do meio da manhã, começaram a verificar-se falhas de energia eléctrica em alguns bairros de Lisboa. Algumas zonas da cidade também se viram privadas do funcionamento de telefones.

ANTÓNIO DE SPÍNOLA

—UMA CARREIRA BRILHANTE DE HOMEM E DE MILITAR

Galardoado com a mais alta condecoração militar portuguesa (Torre e Espada com palma), o general António de Spínola (António Sebastião Ribeiro de Spínola, de seu nome completo) nasceu em Estremoz a 11 de Abril de 1910. Tendo feito estudos secundários no Colégio Militar, onde tinha o n.º 33, terminou o respectivo curso em 1928. Quatro anos depois, concluía o curso da Arma de Cavalaria, na Escola do Exército.

Alferes em 1 de Novembro de 1933, foi promovido quatro anos depois ao posto de tenente e, em 20 de Março de 1944, ao de capitão. A promoção ao posto de major data de 16 de Dezembro de 1955.

Já tenente-coronel, comandou em Angola (Janeiro de 1962 a Maio de 65) o Batalhão de Cavalaria n.º 345 que, depois de longo período na ZIN (Zona de Intervenção do Norte), na região de Bessa Monteiro, foi para uma região não intervencional, como era hábito na altura. Frequentou, depois, o curso de Altos Comandos.

Antes, tinha prestado serviço nos Regimentos de Cavalaria n.os 2 e 7 e na Guarda Nacional Republicana. De 6 de Fevereiro a 5 de Junho de 1945 esteve no Ministério da Guerra e de Junho de 1945 a 30 de Janeiro de 1946, serviu no Comando Militar dos Açores. Exerceu ainda o cargo de ajudante de campo do general comandante geral da G. N. R. de 30 de Setembro de 1939 a 11 de Fevereiro de 1943. Além disso, foi director da «Revista de Cavalaria».

NA GUINÉ

Ainda brigadeiro, foi nomeado governador e comandante-chefe das Forças Armadas na Guiné, em Maio de 1968. Promovido a general pouco depois da sua chegada, o general António de Spínola desempenhou as referidas funções até Maio de 1973. Exonerado a seu pedido, foi substituído pelo general Bettencourt Rodrigues.

No regresso, foi-lhe conferido o Grande Oficialato com Palma da Ordem Militar de Torre e Espada do valor Lealdade e Mérito, por alvará de 31 de Maio de 1973.

Após alguns meses de licença, foi chamado a preencher a vice-chefia do Estado-Maior General das Forças Armadas, lugar que fora criado em Dezembro de 1973, sendo chefe o general Costa Gomes.

O general Spínola tomou posse em 17 de Janeiro deste ano e foi exonerado em 15 de Março, assim como o chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, general Costa Gomes.

A sua experiência africana militar em Angola e na Guiné e governador na Guiné — está na base do livro «Portugal e o Futuro» que foi posto à venda em 22 de Fevereiro e tem recebido uma extraordinária aceitação do público, indo já na terceira edição.

DECLARAÇÃO DO MOVIMENTO CDE DE LISBOA

Do Movimento CDE de Lisboa recebemos, com o pedido de publicação, a seguinte declaração:

«Desde as primeiras horas da madrugada de hoje, o País assiste ao mais grave acontecimento político verificado na longa vigência do regime fascista — o desencadear de um movimento militar que pode prenunciar uma profunda modificação na situação política portuguesa.

Neste momento grave da vida do País, o Movimento CDE de Lisboa, ciente das responsabilidades que lhe são criadas pela identificação da sua luta com as mais profundas aspirações do Povo Português e pelo maciço apoio popular que conquistou, torna público que:

1.º — Considera positivas todas as acções que conduzam ao derrube do regime que há cinquenta anos oprime o Povo Português.

2.º — Sublinha que o derrube do regime nunca deixará de ser apenas um primeiro passo para a resolução dos problemas do País numa perspectiva efectivamente popular.

O Movimento CDE de Lisboa afirma-se ao lado de todos aqueles que se batam pela libertação do Povo Português. E reafirma que o futuro do País exige de imediato.

— Fim da guerra colonial, com abertura de negociações com os Movimentos de Libertação, na base do reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação e independência.

— Restabelecimento de todas as liberdades democráticas.

— Restabelecimento das liberdades sindicais e do direito à greve.

— Libertação de todos os presos políticos.

— Abolição da censura.

— Extinção da PIDE/DGS e total remodelação das restantes forças policiais.

O Movimento CDE de Lisboa reafirma que, como sempre, lutará pelos objectivos que o Povo Português lhe aponta, pelos objectivos por que o Povo Português se bate.

VIVA A LIBERDADE!

Lisboa, às 13 horas de 25 de Abril de 1974.

A COMISSÃO EXECUTIVA DO MOVIMENTO CDE DE LISBOA»

Elementos da C. T. C. da Região Militar de Lisboa em posição no edifício da Emissora Nacional na Rua do Quelhas, ocupado durante a madrugada de hoje

AVISA-SE A DGS PARA NÃO IMPEDIR A ACÇÃO DO MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

— foi dito na reabertura (já sob controle do Movimento) da emissão da R.T.P.

Às 18 e 40, a Radiotelevisão Portuguesa reabriu a sua emissão e, a partir desse momento, segundo logo declarou o locutor Fernando Balsinha, já controlada pelo Movimento das Forças Armadas. Foi o seguinte o texto integral lido aos microfones da R.T.P.:

«Muito boa tarde. A partir deste momento, o Movimento das Forças Armadas controla totalmente a estação emissora da Radiotelevisão Portuguesa. Dentro de momentos transmitiremos uma edição especial do Telejornal para a qual pedimos a vossa melhor atenção.

Na madrugada do dia 25 de Abril, o Movimento das Forças Armadas Portuguesas, no decurso de uma acção conjunta, estabeleceu o «contrôle» da situação política em todo o País, após ter ocupado diversos pontos estratégicos, nomeadamente os Ministérios, estações de radiodifusão e radiotelevisão, aeroportos e fronteiras.

O Movimento, que está cumprindo com êxito a mais importante das missões cívicas dos últimos anos da nossa História, proclama à Nação o seu propósito de a libertar de um regime que a oprime há longos anos e de levar a cabo, até à sua completa realização, um programa de salvação do País e de restituição das liberdades cívicas de que vem sendo privado.

O Movimento das Forças Armadas solicita aos estabelecimentos comerciais de todo o País para encerrarem as suas portas e insiste com a população para que se mantenha em casa com a maior tranquilidade até que seja normalizada a situação decorrente deste movimento, que, com o apoio do Povo Português, está neste momento histórico libertando a Nação de um regime que há longos anos a oprime.

O Movimento das Forças Armadas chama a atenção de todas as forças para-militares — P. S. P., G. N. R. e G. F. — para se manterem nos quartéis e obedecerem sem qualquer reserva às Forças Armadas. A desobediência por parte dos comandantes dessas forças ou dos seus subordinados constitui uma gravíssima falta que será severamente punida.

Avisa-se a Direcção-Geral de Segurança para a indispensabilidade de por qualquer forma não impedir a acção do Movimento das Forças Armadas, pois de contrário, estas não hesitarão em aniquilar qualquer resistência que lhe seja oposta.

Atenção médicos e pessoal de enfermagem: embora felizmente não haja motivos para alarme e o Movimento das Forças Armadas procure evitar a todo o custo derramamento de sangue, solicita a vossa comparência nos hospitais e em outros locais próprios para assistência médica. Repete-se: os médicos e pessoal de enfermagem devem dirigir-se prontamente aos hospitais e outros lugares de socorro, dando assim, como é tradicional, bom exemplo das suas responsabilidades cívicas.

O Movimento das Forças Armadas, considerando que é seu dever a defesa do País, como tal entendendo também a liberdade pública dos seus cidadãos, necessita de todo o povo a maior tranquilidade e que todos se mantenham em casa. Aos comerciantes incita que encerrem os seus estabelecimentos.

A Radiotelevisão Portuguesa está com as Forças Armadas e com o seu movimento de salvação da Pátria e manter-se-á no ar informando os seus espectadores do desenrolar da situação.»

Foi ainda na altura informado que se aguardava a todo o momento a comparência, nos estúdios do Lumiar, dos elementos da Junta de Salvação Nacional, para dirigirem uma proclamação ao País.

O EX-GOVERNO RENDEU-SE SEM USO DA FORÇA

— foi comunicado pela Rádio ao fim da tarde

Às 18 e 20, o Movimento das Forças Armadas emitiu, pela rádio, o seguinte comunicado:

«Aqui Posto de Comando das Forças Armadas:

Em aditamento ao último comunicado, o Movimento das Forças Armadas informa a Nação que conseguiu forçar a entrada no quartel da Guarda Nacional Republicana, situado no Largo do Carmo, onde se encontrava o ex-presidente do Conselho e outros membros do seu ex-governo. O Regimento de Lanceiros 2, onde se recolheram outros elementos do seu ex-governo, entregou-se ao Movimento das Forças Armadas sem que houvesse necessidade de emprego da força que os cercava. A quase totalidade da Guarda Nacional Republicana incluindo o seu comando e a maioria dos elementos da Polícia de Segurança Pública, já se rendeu ao Movimento das Forças Armadas.

O Movimento das Forças Armadas agradece à população civil todo o carinho e apoio que tem prestado aos seus soldados, insistindo na necessidade de ser mantido o seu valor cívico ao mais alto grau. Solicita também que se mantenha nas suas residências durante a noite, a fim de não perturbar a consolidação das operações em curso, prevendo-se que possa retomar as suas actividades normais amanhã, dia 26. Viva Portugal.»

ENTRADA DO R. C. 3 DE ESTREMOZ E RENDIÇÃO DE FORÇAS DA G. N. R. NO CHIADO

Às 15 e 10, chegaram ao Largo da Misericórdia, descendo do Príncipe Real, pelo mesmo trajecto que algum tempo antes fora percorrido por companhias de G.N.R., efectivos do Regimento de Cavalaria 3, de Estremoz, com blindados «Panhard». Não houve recontro, entrando as forças do Exército, também aderentes ao Movimento, pela rua Nova da Trindade.

Pouco depois, uma companhia da G.N.R. rendia-se ao R.C. 3.

Porém, às 15 e 37 foi aberto fogo, segundo parece pelas forças que cercavam o Quartel do Carmo. Ouviram-se disparos isolados, algumas rajadas e um tiro de morteiro. Ao longo da rua da Misericórdia, efectivos militares do RC3, que desciam em direcção ao Chiado, pararam as viaturas e soldados apearam-se, carregando as armas e apontando-as para o Largo da Misericórdia, onde nessa altura estavam forças da G.N.R.

Minutos mais tarde, porém, rendiam-se mais efectivos da G.N.R. que estacionavam ao longo da Rua Nova da Trindade.

Às 15 e 38, o Movimento das Forças Armadas lançava um ultimatum aos membros do governo refugiados no Quartel da G.N.R. do Carmo, concedendo-lhes dez minutos para se renderem.

PELO POVO E PELAS SUAS LIBERDADES

(Continuado da 1.ª pág.)

o País está profundamente dividido, numa das horas mais graves da sua história e quando mais seria necessária uma solidariedade autêntica dos portugueses.

As Forças Armadas intervêm, mais uma vez, na vida pública portuguesa. Não pode ser para se imporem como uma classe; mas tem de ser para fazerem valer os direitos dos cidadãos a disporem do País que é de todos. Só dessa forma a sua intervenção se justifica: pôr termo ao Governo de um sector para instaurar um Governo do Povo e para todo o Povo, restituindo a este os direitos que nunca lhe deveriam ter sido arrebatados.

A braços com uma longa e mortífera guerra cujas responsabilidades cabem fundamentalmente ao regime autocrático que há quase meio século foi imposto à Nação e que nunca foi intérprete da vontade das populações, nem da Metrópole nem do Ultramar, temos antes de mais de clarificar a situação presente e respeitar os direitos de todos para a todos exigir os deveres de cidadania.

As Forças Armadas têm de se integrar no contexto da Nação e não sobrepor-se a ela. Só podem servir os interesses do povo; e não pôr-se ao serviço de um só partido ou de uma classe. Na medida em que as Forças Armadas sejam intérpretes do sentir do Povo Português e procurem restabelecer as liberdades fundamentais do cidadão, primeiras das quais consideramos o direito à vida e à expressão, trabalharão por Portugal.

ENTREVISTA COM O GENERAL SPÍNOLA

(Continuado da pág. central)

governamental nem nele é exercida directa ou indirectamente qualquer influência por parte do Governo da Província. O que entendo porém carecer de atenta consideração é a função social do jornal enquanto órgão da informação; mas a este respeito também penso que os grandes juízes são o senso moral do púbilco leitor e a instituição profissional do jornalismo ético. E na Guiné, até agora, nada se passou que justificasse o recurso a outros julgamentos.

16

— V. Ex.ª afirmou recentemente que se considera «um democrata». Nessa medida autorizaria em 1973 a candidatura pelo círculo da Guiné, de uma lista não afecta ao regime? E com possibilidades de propaganda iguais às de qualquer outra?

— Ceio que constitucionalmente não seria mesmo possível proceder de outro modo.

17

— Amílcar Cabral declarou recentemente, à Comissão de Curadorias da ONU, que um milhão de habitantes da Guiné já vive enquadrado pelo PAIGC, aludindo à intenção de declarar a independência dos territórios presentemente sob controlo daquele movimento. Pode V. Ex.ª comentar estas afirmações?

— Antes de mais, desejo esclarecer que o PAIGC não tem t e r r i t ó r i o s da Guiné Portuguesa sob o seu controlo. Além disso, julgo suficiente atentar que de uma população que se estimava ser da ordem dos 520 000 habitantes o censo realizado em 1971 pelos Serviços Provinciais de Estatística apurou um total de 480 000. Acrescente a este total o número de guinéus deslocados no Casamança declarado na ONU pelo Senegal; e, admitindo a validade da primeira previsão estatística, julgo que a evidência do remanescente responde à pergunta quef ormulou.

18

— Ao contrário das afirmações atrás referidas, diz-se que a partir de 1968 se verificou um notório enfraquecimento da acção desenvolvida pelo PAIGC. Sendo assim, qual a razão ou as razões desse enfraquecimento?

— Creio ser conveniente pôr a tónica no plano em que esse enfraquecimento na verdade se processou, e que foi o quadro dos apoios internos que permitiram a eclosão da fase violenta da subversão.

«A análise integral do circunstancialismo específico da guerra subversiva na Guiné revelou desde logo a existência de facto de uma base substrutural de contradições prevalecentes que a subversão transformou em polos motores da adesão de alguns, da simpatia de bastantes e da indiferença que como tal fossem encaradas e resolvidas ou explicadas colaborante de outros. Contradições todavia anuláveis desde que como tal fossem encaradas e resolvidas ou explicadas a uma população que apesar de tudo se revela receptiva.

«A condução de uma política eminentemente realista, norteada por princípios normativos que julgo ocioso repetir, conduziu à anulação daquelas motivações e conquistou a adesão das populações para quem inicialmente a subversão oferecera certo aliciante. Mas não se pense ter sido esse o verdadeira intuito dos programas traçados que antes decorreram de uma análise político-social do contexto vigente à efeito subsidiário, mas natural, da justeza dos princípios luz de uma preocupação etiológica; e o crescente apoio dos governados que daí resultou traduz mais propriamente um proclamados e estritamente observados. Creio que a estrutura dos conflitos subversivos está hoje suficientemente divulgada para não ser necessário descrever a continuidade entre esse desequilíbrio das populações e o enfraquecimento das guerrilhas.

«Mas é evidente que a medalha tem reverso. Os interesses em jogo não desarmam; daí que qualquer enfraquecimento interno logo desencadeie uma tentativa de equilíbrio pelo reforço do apoio externo à minoria activa que mantém a violência. Á um aspecto a ter sempre bem pesente e que não podemos menosprezar.

19

— Não acha V. Ex.ª que para o bom entendimento entre todos os portugueses, guinéus ou outros, seja indispensável que todos tenham igual direito de expressão e de associação? Se a responsabilidade dos cidadãos é igual, não deverão ser iguais os seus direitos?

— Não vejo, de facto, outra forma de encarar o problema do ponto de vista cívico. E tanto assim é que os direitos de expressão e associação bem como a correspondência de igualdades de direitos e deveres surgem consignados na Constituição explícita ou implicitamente. Aliás, desde que se aceite pacificamente a limitação recíproca dos direitos de uns pelos direitos dos outros e se submetam os interesses minoritários aos das maiorias, as questões propostas deixam talvez de ter o relevo que a sua pergunta parece atribuir-lhes.

20

— Em que medida algumas segregações rácicas — aquilo a que um Deputado, na Assembleia Nacional, classificou de «portugueses de segunda», por exemplo — terão influído para criar as actuais dificuldades portuguesas no Ultramar?

— Julgo que haverá razões para admitir que, fossem quais fossem os antecedentes, chegaríamos sempre às dificuldades actuais. Todavia, devo reconhecer que se tratou de uma medida sem qualquer fundamento moral e que, evidentemente, não podia perdurar. Mas não me parece que valha muito a pena avaliar essa ordem de problemas, pois apenas poderíamos a partir daí deduzir diferenças de grau e não de substância, e assim no campo das hipóteses conjunturais. Creio que o que importa é detectar erros, corrigi-los, e exitar a sua repetição. E o aspecto que mencionou encontra-se corrigido há suficiente prazo para que resultem óbvias as considerações que suscita. Devo ainda esclarecer que tal classificação distinguia europeus de outros europeus e não de africanos, pelo que talvez não haja uma relação decausalidade muito nítida entre esse acidente e os factos presentes.

21

— Subsiste qualquer dessas segregações? Pode, por exemplo, um oficial do Exército, natural do Minho ou do Alentejo, casar com uma guineense? E seria possível que, hoje em dia, um preto viesse a ocupar o lugar de governador e comandante da Guiné, repetindo-se o caso do tenente-coronel Honório Barreto (Século XIX)?

— A resposta afirmativa à segunda das suas interrogações parece-me tão evidente que a pergunta me surpreende. E quanto à terceira, mais do que perfeitamente possível, tal eventualidade situa-se na sequência natural de um rumo traçado e da política que se vem prosseguindo na província com a finalidade de se construir uma Guiné fundamentalmente administrada por guinéus no quadro de uma concepção renovada de unidade nacional.

22

— Acha V. Ex.ª que a Lei Orgânica, que agora entra em vigor, corresponde inteiramente aos anseios das populações dos vários Estados, províncias ou territórios, e dá autonomia governativa bastante a esses mesmos territórios e, portanto, às suas populações?

— O diploma a que se refere situa-se na linha de desenvolvimento do princípio da autonomia progressiva que o Chefe do Governo enunciou. E assim, tem de ser considerado um diploma de transição, que não corresponde ainda aos anseios da população, situando-se na trajectória de um processo em evolução que depende de múltiplos factores.

23

— A actual autonomia governativa não é menor do que era aquela de que dispunham os altos comissários ou governadores de províncias ou colónias no período de 1920 a 1930?

— Não me parece que seja possível estabelecer um paralelo muito nítido, atentas as diferenças de estatuto e de conjuntura verificadas entre esse período e o actual. As instituições então vigentes eram acentuadamente características da era colonial, em que, vistas bem as coisas, cada europeu era um pouco governador dos seus domínios, dentro dos quais exercia uma autoridade muito discutível mas menos discutida. Por isso mesmo entendo que sem embargo do escasso paralelismo passível de estabelecer-se, essa época tem já um interesse preponderantemente histórico, não crendo que o sistema colonial de então nos possa aproveitar no presente e muito menos no futuro.

24

— Em que medida as restrições impostas pelo Acto Colonial, depois enquadrado na Constituição de 1933, dificultaram ou beneficiaram a evolução progressiva das províncias ultramarinas e, em particular, da Guiné?

— Como já tive ocasião de expressar, penso que não terá interesse prático a formulação de considerações retrospectivas baseadas no recurso ao condicional. É muito difícil dizer o que teria acontecido se outras houvessem sido as determinantes num processo evolutivo cujo desenvolvimento é função de inúmeras variáveis. Todavia, há um facto incontroverso. É que de entre os factores de desenvolvimento a liberdade de acção própria é sem dúvida um catalizador que não devemos desprezar ao analisar o facto histórico que a sua pergunta sugere.

25

— A unidade imperial, em determinada altura tão apregoada, terá alguma viabilidade prática no consenso das populações?

— Penso que não terá viabilidade diferente da que possa vislumbrar-se para qualquer outro contexto do mundo de hoje. A concepção de império, no seu significado clássico, foi ultrapassada ou, pelo menos, mudou de conteúdo. Os impérios do presente resultam de formas mais ou menos subtis de dominação económica ou de vassalagem cultural, ou não passam de meras imagens de oratória demagógica. A unidade imperial fez o seu tempo. Hoje haverá que garantir a coesão do conjunto à luz de fórmulas ajustadas à época em que vivemos.

26

— O primeiro ponto de evolução política indispensável, considera-o V. Ex.ª «uma ampla autonomia dos territórios «competência legislativa indispensável para que essa autonomia ultramarinos», com órgãos electivos de governo próprio e não resvale para o campo da mera teorização». Considera V. Ex.ª esses objectivos conseguidos na actual Lei Orgânica?

— No momento em que se submete à apreciação do Governo Central o Projecto de Estatuto da Província no qual a Lei se vai consubstanciar localmente, será pouco curial e talvez prematuro emitir juízos a que só a experiência pode emprestar real autoridade. Todavia, penso que, na prática, mais importante do que a letra da Lei é o espírito de ampla autonomia e de descentralização que esteve na sua origem.

27

— Pode V. Ex.ª especificar-nos as palavras do seu último discurso no Conselho Legislativo, quando se referiu à «representatividade que, para ser efectiva, deverá brotar de autênticos representantes da vontade do povo», com «exclusão de sentimentos paternalistas ligados a ultrapassados conceiots de preparação das massas africanas»? Em que diplomas se consagraram ou consagram esses ultrapassados conceitos?

— Não vejo em que possa ser mais especifico. Trata-se, na verdade, de conceitos à primeira vista genéricos mas que, a meu ver, se especificam por eles mesmos.

Considero que é através de uma representatividade adequada que se consubstancia a participação dos guinéus na vida política do todo nacional em que se deseja consolidar a sua inserção. E creio ter já referido que entendo essa representatividade assegurada pelo exercício, a todos os níveis, do direito de escolher os mandatários. É evidente que se assiste mais do que quanto desejável a um paternalismo bem intencionado, mas traduzido em certas restrições àquele direito sob alegação de que as massas de eleitores potenciais não estão preparadas É exactamente essa impreparação que tem sido controversa; pelo menos a sua alegação tende a ser cada vez menos legitimamente sustentável. Haverá pois que aceitar a representatividade dos nossos africanos tal como são, pois que nesse estádio se tornaram cidadãos; e ser cidadão deve talvez conferir total correspondência entre votar e ser colectado.

Desejo acentuar que estou discorrendo no campo da pura ética dos princípios, com rejeição de qualquer análise crítica a diplomas. Resulta, assim, prejudicada a segunda parte da sua pergunta.

28

— Um povo autónomo é o que se governa a si próprio. Como um homem. Pode essa autonomia, segundo a sua maneira de ver, identificar-se com a autodeterminação dos povos?

— Na era actual, nenhum homem se governa totalmente a si próprio; dispõe, é certo de uma margem de autonomia que lhe permite tomar para si, e por si, as normas porque se rege, mas apenas dentro dos limites consentidos pela sociedade em que vive. A sociedade tem o direito de defender os seus membros contra as autonomias individuais que transbordem daquelas margens e ponham em risco a segurança colectiva. Aliás é do direito natural que os abusos de autonomia sejam considerados crime.

Aplicada aos povos, a autonomia deve entender-se como capacidade para formular leis próprias, sem prejuízo de poderem dispor dessa capacidade, no todo ou em parte, a favor do seu exercício por um poder superior mas em benefício da comunidade concedente. E nos povos como nos homens, para recorrer à sua comparação, a autonomia terá de eleger-se dentro de certas margens para que não perigue a segurança colectiva. Assim sucedeu na livre América em dois momentos da sua história, na Guerra da Secessão e no separatismo texano; e assim se verifica na ordem internacional, como se depreende do espírito da Carta das Nações Unidas e até das razões invocadas para justificar as intervenções soviéticas na Hungria e na Checoslováquia.

E não me parece que possa estabelecer-se identidade entre os conceitos de autonomia e autodeterminação, até porque é perfeitamente possível que um povo, por autodeterminação, enquadre a sua autonomia na de um conjunto em que se deseje integrar, como parece ter sido o caso da Áustria antes da II Guerra Mundial, e, em certos aspectos, o das nações do Euro-Mercado.

Entendo portanto que a autodeterminação dos povos deve considerar-se apenas factor da autonomia mas com que não se identifica necessariamente; trata-se em ambos os casos de direitos fundamentais, mas nem por isso insusceptíveis da limitação decorrente do senso comum e da segurança própria ou dos outros povos. Creio assim ter respondido à sua pergunta.

29

— E se um povo é autónomo, se se governa a si próprio, podendo escolher o seu destino, não poderá em determinada altura optar pela independência, dentro ou não de uma sociedade, comunidade, federação (chame-se como se queira) mais ampla de outros povos da mesma raça ou de raças diferentes?

— É evidente que em pura tese, e à luz dos conceitos que expus, são admissíveis todas as virtualidades. Os povos, porém, têm um sentido muito agudo do seu interesse; e as afinidades rácicas estão hoje, decididamente, em processo de superação por interdependências socioeconómicas bem mais vinculativas. Não creio pois que tenhamos de recear, na Guiné, tais virtualidades. Mas mesmo que houvessem razões para as temer, elas não deveriam ser iludidas e isso por legitimidade, coerência e fé no que defendemos. Uma evolução assim perspectivada traduzirá, em qualquer caso, a resultante das nossas capacidades e inépcias, virtudes e defeitos, o que reporta a questões a um caso de consciência. Não vejo, honestamente, que outra opinião se possa formular.

30

— No contexto histórico mundial, que aproximação encontra V. Ex.ª entre o actual movimento dos povos africanos para a independência e o que agitou o continente americano a última parte do século XVII e a primeira parte do século XIX?

— Podem, de facto, estabelecer-se etre esses dois contextos históricos certas analogias, que todavia não resistem a uma análise aprofundada.

«Na América, prevaleceu o governo das minorias não autóctones; e os aborígenes continuaram dominados, sem expressão e com bem escassos direitos. Nalguns casos foram

(Continua na pág. segu nte)

A TENTATIVA DE 16 DE MARÇO

(Continua na 2.ª página)

mesmo que o general Spínola acaba de prestar desta forma ao País serviços que devem ser considerados tão brilhantes como os que, com tanta gaihardia e integridade moral, provou possuir nos campos de batalha». Sobre esta informação após o dr. Silva Cunha, na sua qualidade de ministro da Defesa na altura, o despacho seguinte: «Embora não conheça o texto, autorizo com fundamento no presente parecer do senhor general chefe do E. M. G. F. A.». Assinado: «J. Silva Cunha.»

A sequncia dos acontecimentos é mais conhecida do leitor dos jornais. Saído o livro a 22 de Fevereiro, e tornado rapidamente um «best-seller», a situação no seio do regime deteriora-se a pouco e pouco, numa gradação que não escapará ao observador atento.

Após uma reunião no Ministério do Exército, presidida pelo titular da pasta, general Andrade e Silva, e a que comparecem, além do seu subsecretário, também o ajudante-general do Exército, quartel-mestre general do Exército e comandantes de todas as regiões Militares do Continente, dá-se a 14 de Março um acontecimento singular: oficiais-generais dos três ramos das Forças Armadas juntam-se no Palácio de S. Bento para alegadamente manifestarem o seu apoio à política africana do governo de Marcelo Caetano. Três ausências muito notadas: as dos generais Costa Gomes e António de Spínola, e a do contra-almirante Tierno Bagulho, chefe do Estado-Maior da Armada. Serão os três exonerados das suas funções, e contemporaneamente com estes afastamentos verificar-se-á o do director da Academia Militar, general Amaro Romão.

«O MOVIMENTO, AS F. A. E A NAÇÃO»

Leitores civis privilegiados tomam, entretanto, conhecimento de um texto oriundo do «Movimento das Forças Armadas». Intitula-se **«O Movimento, as F. A. e a Nação»** e declara, no preâmbulo, que o seu objectivo é levar «todos os militares» a reflectirem «criticamente» sobre o essencial dos problemas que as Forças Armadas enfrentam; convida à «reflexão global», isto é, «não dissociando as F. A. da Nação e do momento crítico que o País atravessa»; e defende o ponto de vista de que «em seguida» há que «consolidar a adesão dos que conscientemente chegaram à conclusão que uma prática urgente com a nossa análise se torna imperiosa, necessária e urgente».

O documento historia o que tem sido a vida nacional desde 1961, data do início da guerra em Angola, mas lembrando, por mais de uma vez, a «queda da India», quando as Forças Armadas foram transformadas em «bode expiatório» do «desastre». Com o correr dos anos «alarga-se (...) o fosso entre as F. A. e a Nação, aumenta o desprestígio dos militares» (segue uma referência directa aos «recentes acontecimentos da Beira»: manifestações hostis da população civil branca). Não é com «aumentos de vencimentos», nem com «regalias sociais e privilégios de vária ordem», nem mesmo com o «anunciado reequipamento das F. A. para a condução da guerra em moldes tecnicamente eficazes» («o que, além do mais, é extremamente duvidoso que seja alcançado em tempo útil»), não é, em suma, com «medidas apressadas, destinadas a abafar as vozes discordantes e a atenuar o crescente descontentamento dentro das F. A.», que o chamado «poder político» conseguirá «colmatar a brecha» — brecha essa que «se abriu, funda e dolorosa, na consciência da maioria dos miltares». Por outro lado tais medidas não «restituirão» o «prestígio já demasiado abalado» das Forças Armadás. Como se alcançará então a reconquista desse prestígio? O documento usa aqui de uma forma temporal — «quando as F. A. se identificarem com a Nação, quando entre as F. A. e o povo houver realmente unidade fundamental quanto aos objectivos a alcançar».

Há um problema que a todos sobreleva: o da guerra «em três territórios africanos». Sobreleva a que nível profundo? Sem subterfúgios o documento diz — «a questão é gravíssima». Caso se agrave ainda mais, «facilmente se adivinha sobre quem recairão as responsabilidades, ao mesmo tempo que o poder terá criado as condições propícias a um inocente lavar de mãos».

O documento, na linha do livro do general António de Spínola, afirma que «a solução do problema ultramarino é política e não militar». Mas com uma novidade de fundo: além de haver que buscar «uma solução política que salvaguarde a honra e dignidade nacionais, bem como todos os interesses legítimos de portugueses instalados em Africa», é preciso não perder de vista «a realidade incontroversa e irreversível da funda aspiração dos povos africanos a governarem-se por si próprios». Isto — considera o Movimento — implica «fórmulas políticas, jurídicas e diplomáticas extremamente flexíveis e dinâmicas». A solução tem de ser «encarada com realismo e coragem», pois corresponde «não só aos verdadeiros interesses do povo português como ao seu autêntico destino histórico e aos seus mais altos ideais de justiça e paz».

Segundo o documento, é absolutamente necessário «que o poder político detenha o máximo de leigtimidade». Que as suas instituições sejam «efectivamente representativas das aspirações e interesses do povo». E vinca bem: «sem democratização do País não é possível pensar em qualquer solução válida para os gravíssimos problemas que se abatem sobre nós».

O Movimento bate-se pela «obtenção, a curto prazo, de uma solução para o problema das instituições no quadro de uma democracia política» e considera «indispensável e urgente» que:

— «sejam definidos e clarificados os objectivos nacionais, e estes aceites pela Nação;

— seja a Nação claramente elucidada sobre a parcela desses objectivos cuja prossecução cabe às F. A.;

— seja promovida e garantida a permanência da compatibilidade dessa parcela com a capacidade em meios;

— seja promovida a reestruturação das F. A. visando a qualificação dos seus chefes baseada no seu valor militar, o aproveitamento em meios e termos de eficiência e eficácia, o respeito pelos direitos individuais, e a justiça;

— possam as F. A. sentir que é efectivamente proporcionada a salvaguarda legítima do seu prestígio, incluindo a sua não identificação com outras actividades que não pertencem ao seu múnus específico.»

As Forças Armadas — diz o documento a terminar — só nestas condições terão «um mínimo de garantia de que são instrumento da vontade da Nação e que não se encontram ao serviço de qualquer grupo». Então não duvidarão mais da legitimidade do poder, nem dos objectivos por este definidos — «e que tudo farão para cumprir». Só nestas condições «poderão (...) alcançar o prestígio que reivindicam».

«O Exército» — torna claro o documento — «só será o povo em armas quando entre Exército e Povo não existirem quaisquer barreiras». Quando for «realmente a incarnação de uma vontade colectiva de defesa, de uma afirmação insofismável, feita pelo próprio Povo, da segurança e independência nacional».

A difusão deste longo texto — vem então a saber-se — foi precedida de plenários dos três ramos das Forças Armadas, o mais importante dos quais terá sido o realizado de 8 para 9 de Março, uma semana antes do levantamento de Infantaria 5. Aliás, as actividades do Movimento vêm de trás, sensivelmente de meados do ano passado. Origem concreta? Um diploma legal mal recebido pelas Forças Armadas por conter disposições consideradas atentatórias à prossecução da carreira das armas. Como é evidente, o Movimento ganha (outra) consciência da situação à medida que as reuniões vão sendo efectuadas, partindo assim de uma base inicial reduzida em escopo para a real análise dos graves problemas nacionais.

LEVANTAMENTO E REACÇÕES

Numa breve cronologia final dos acontecimentos regista-se, a 15, a notícia (nos jornais da manhã) da nomeação de um novo chefe do Estado-Maior General das Forças. É o general Joaquim Luz Cunha, comandante-chefe das Forças Armadas em Angola, administrador da União Eléctrica Portuguesa e irmão de um outro oficial-general, general Edmundo Luz Cunha, comandante da Região Militar de Lisboa. Não desconhece o processamento político do regime — durante algum tempo, num governo do dr. Salazar, foi ministro do Exército, quando era ministro da Defesa o general Botelho Moniz.

Do mesmo passo são exonerados os generais Costa Gomes e António de Spínola (o lugar deste, especialmente criado para si em finais de 1973, não será preenchido), e virão também a ser afastados o general Amaro Romão e o contra-almirante Tierno Bagulho.

De 15 para 16 é o levantamento de Infantaria 5. A coluna autotransportada não chega a entrar em Lisboa, pois o Governo tamponou os acessos rodoviários com forças de Artilharia 1, Cavalaria 7 e Guarda Nacional Republicana (além de outras não mencionadas na nota oficial, divulgada a meio da tarde), regressa ao aquartelamento. Forças da Região Militar de Tomar cercam Infantaria 5. Pouco depois do almoço dá-se a rendição, acompanhada de inúmeras detenções. «Reina a ordem em todo o País» — diz, a nota oficial. Pormenores dos acontecimentos são publicados na Imprensa estrangeira, maciçamente representada em Lisboa, aonde acorreram dezenas de enviados especiais.

PENICHE SOB CONTRÔLE

Tropas vindas da Figueira da Foz, de Aveiro e de Leiria chegaram a Peniche cerca das 11.30, controlando as entradas e saídas daquela vila.

ENTREVISTA COM O GENERAL SPÍNOLA

(Continuado da pág. anterior)

até fisicamente suprimidos. A independência da Rodésia, proclamada um tanto à semelhança das independêcias americanas, é hoje alvo de severa oposição; e no entanto bem felizes teriam sido os índios norte-americanos se a independência dos seus países tivesse sido à maneira rodesiana.

«Claro que ulteriormente os países americanos evoluiram. As minorias de colonos, engrossadas constantemente por fluxos imigratórios, depressa equilibraram quanto restava dos aborígenes; as concepções prevalecentes no mundo de então consideraram essa mutação demográfica perfeitamente natural. E, assim, as Américas chegaram ao que são sem grandes dificuldades externas nem internas. Hoje já ninguém se preocupa com os índias escravizados ou desaparecidos.

«O que se passa em África é substancialmente diferente Presta-se, claro, a outras formas de dominação; também em muitos casos se processou uma transferência de poder entre minorias — só que neste caso a nova classe dominante é aborígene, o que apesar disso não altera o estatuto da grande massa; e os instrumentos de pressão internacionais são hoje suficientemente subtis para tornar, em muitos casos, essas independências totalmente fictícias.

«Mas ao contrário do que sucede aos povos americanos, as massas africanas não poderão ser anuladas, equilibradas ou eliminadas pela nova classe dominante. E ao contrário da consolidação do seu domínio, verificada nas Américas, o estado actual da África é transitório tendendo para uma emancipação autêntica e equilibrada das maiorias; e assim, com o decorrer do tempo, irão desaparecendo os problemas artificiais criados por um neocolonialismo condenado a não subsistir.

31

— O Brasil proclamou a sua independência em 1820, sem que isso tivesse afectado as relações de amizade entre aquele país e Portugal. O actual movimento em prol de uma comunidade luso-brasileira não será uma autodeterminação em sentido diverso? E não terão igual significado as amplas associações de povos europeus, como a Comunidade Económica Europeia ou própria NATO?

— Parece na verdade poder admitir-se a teoria das mutações cíclicas no desenvolvimento histórico do estatuto de interdependência e relação recíproca dos estados. Os «impérios reconstruídos em vez de reformados. A crescente premar-se segundo um processo evolutivo que passa nos dois sentidos pelos estádios federativo e confederativo. Não deve, é certo, em caso algum, atribuir-se a esta interpretação uma rigidez de lei histórica, pois há casos de inversão do ciclo sem que este se tenha completado, como também de impérios recnostruídos em vez de reformados. A crescente preponderância do governo federal nos Estados Unidos é, de ambos os casos, exemplo flagrante.

«O movimento de integração europeia parece todavia ser o caso mais tipicamente ilustrativo daquela teoria; na verdade, a Europa tem representado, ao longo da sua história, significativa frequência de tais mutações; e as conclusões da recente cimeira da Comunidade Europeia perspectivam, de facto, novo movimento integrador. Já a NATO parece não poder considerar-se um exemplo muito característico, e isso com base em razões de heterogeneidade e de divergência de interesses conjunturais que negam autenticidade ao processo.

32

—O que pensa V. Ex.ª de uma ampla comunidade de povos europeus, africanos, americanos, ligados por interesses comuns e por uma cultura comum? Seria possível uma ampla comunidade de povos independentes Luso-Afro-Brasileira?

—Penso que seria a maior realização do homem luso no Mundo. Mas a viabilidade de um tal esquema carece de uma profunda análise, e sobre ela, de um longo e laborioso processo de construção, cimentada em muita abdicação recíproca e num esforço decidido de autêntica e consciente solidarização. Um tal processo implicaria largas revisões de conceitos, principalmente da parte de terceiros, e um desanuviamento da conjuntura que permitisse a convergência de todos os esforços nesse sentido. Superadas estas reservas, talvez se encontrasse aí uma excelente perspectiva do futuro.

33

— Sabido que a história não pára, admite V. Ex.ª que possa haver novos Brasis na África dos nossos dias?

— A história não pára, de facto, mas, contrariamente ao que por vezes se defende, raramente se repete. Uma repetição do nascimento do Brasil, tal como a interpretei ao analisar comparativamente os movimentos de independência americanos e de emancipação africanos, já não será talvez possível no mundo de hoje. Acredito porém na afinidade cultural, no vínculo linguístico, nos laços estreitados por séculos de convivência, na complementaridade de estádios económicos e sociais que tendem a nivelar-se, e no poder aglutinador dos propósitos legítimos e honestos. A esta luz, creio que não haverá margem para duvidar de que possa de facto haver novos Brasis ,mas nos precisos termos em que o Chefe do Governo há tempos descreveu: filhos gerados, jamais membros amputados.

34

— O Senhor General refere-se com frequência a uma ordem nova para que se caminha no quadro da evolução da politica ultramarina. Será essa ordem realmente nova ou corresponder! apenas à retomada do caminho que colocou Honório Barreto no Governo da Guiné?

— Honório Barreto foi, na verdade, um grande governador; mas foi-o no seu tempo, à luz de concepções em que se inseriu, no fundo, como um europeu de pele escura — como o são, na sua maioria, os actuais dirigentes africanos, cujo divórcio em relação aos governados, mal disfarçado por algumas manobras demagógicas, está na origem do caos africano do presente.

«Parece-me, de facto, demasiado simplista admitir que uma política eminentemente africana deva ou possa resumir-se na transferência de autoridade dos europeus para uma elite negra desenraizada e igualmente afastada dos povos a governar. Em África não pode ser a cor da pele que institucionaliza ou legitima o poder; terão de ser os seus povos em consenso, com a sua noção de justiça e os seus juízos de valor, a definir quem deva, de facto, presidir aos seus destinos.

«Creio pois que a esta luz se poderá, na verdade, falar de uma ordem nova; e sem dúvida que o é em relação a um passado próximo; mas terá de reconhecer-se ,também, a sua proximidade em relação a uma linha política que, salvaguardada a actualização de certos parâmetros, ressalta dos escritos de Garrett e Rebelo da Silva, Fontes, António Enes, Paixa Couceiro, Mouzinho e outros, linha da qual, em minha opinião, nunca nos deveríamos ter afastado.

ENTREVISTA CONCEDIDA PELO GOVERNADOR DA GUINÉ, GENERAL ANTÓNIO DE SPÍNOLA, AO DR. VICTOR DIREITO, CHEFE DE REDACÇÃO DO JORNAL «REPÚBLICA» EM 24 DE OUTUBRO DE 1972

APENAS NAVIOS DA NATO SE MOVIMENTARAM NO TEJO

Esta manhã o movimento de navegação no Tejo, tinha parado completamente. Cerca das 10 horas os navios de guerra da N.A.T.O. movimentaram-se a caminho da Barra. Supõe-se que iriam iniciar o exercício, já anunciado, intitulado «Dawn Patrol», que se desenvolverá em área do Iberlant e no Mediterrâneo, e no qual participam onze países, entre os quais Portugal.

Unidades de blindados em posição na Rua do Comércio. Um oficial-general procura convencer os civis a afastarem-se

PROCLAMAÇÃO DA JUNTA DE SALVAÇÃO NACIONAL

Ao princípio da noite, foi lido na R.T.P. a seguinte Proclamação da Junta de Salvação Nacional:

Em obediência ao mandato que acaba de lhe ser confiado pelas Forças Armadas, após o triunfo do movimento em boa hora levado a cabo pela sobrevivência nacional e pelo bem-estar do Povo Português, a Junta de Salvação Nacional a que presido, constituída por imperativo de assegurar a ordem e de dirigir o País para a definição e consecução de verdadeiros objectivos nacionais, assume perante o mesmo o compromisso de:

— Garantir a sobrevivência da Nação como Pátria soberana no seu todo pluricontinental.
— Promover desde já a consciencialização dos portugueses, permitindo plena expressão a todas as correntes de opinião, em ordem a acelerar a constituição das associações cívicas que hão-de polarizar tendências e facilitar a livre eleição por sufrágio directo de uma Assembleia Nacional Constituinte e a sequente eleição do Presidente da República.
— Garantir a liberdade de expressão e pensamento.
— Abster-se de qualquer atitude política que possa condicionar a liberdade da eleição e a tarefa da futura Constituinte, e evitar por todos os meios que outras forças possam interferir num processo que se deseja eminentemente Nacional.
— Pautar a sua acção pelas normas elementares da Moral e da Justiça, assegurando a cada cidadão os direitos fundamentais estatuídos em declarações universais, e fazer respeitar a paz cívica limitando o exercício da autoridade à garantia da liberdade dos cidadãos.
— Respeitar os compromissos internacionais decorrentes dos tratados celebrados.
— Dinamizar as suas tarefas em ordem a, no mais curto prazo, o País vir a governar-se por instituições de sua livre escolha.
— Devolver o Poder às instituições constitucionais logo que o Presidente da República eleito, entre no exercício das suas funções.

LIBERTADOS OS PRESOS DA TRAFARIA

Às 17.45 a rede de rádio da G. N. R., com exploração em frequência modulada, dava conta de haverem sido libertados os elementos militares detidos na Trafaria, no número dos quais, segundo se pensa, estariam vários implicados no levantamento de 16 de Março.

Ao mesmo tempo a corporação constatava que tinham sido «raptados» (o verbo utilizado foi este mesmo) elementos da G. N. R. e da Guarda Fiscal em serviço na Cova da Piedade. Os postos — ouviu-se também na rede — ficaram «desertos».

LANCEIROS 2 RENDEU-SE ÀS 4 DA TARDE

Às 16 e 10, captámos na nossa redacção uma troca de mensagens-rádio entre forças da G.N.R. Um dos postos informou o outro de que o Regimento de Lanceiros 2 se tinha, nesse momento, rendido.

Estariam refugiados nesta unidade os ministros Silva Cunha, Moreira Baptista, Pereira Crespo e Silva Pinto, o brigadeiro Pedro Serrano e o director-geral da Informação Geraldes Cardoso.

A RENDIÇÃO DO QUARTEL DO CARMO

(Continuado da 1.ª pág.)

Cavalaria de Tomar e por tropas de Infantaria 1, com carros blindados e armas ligeiras. Eram 17 e 10.

Sabe-se que o prof. Marcelo Caetano escolhera o quartel do Carmo como último refúgio e ali se encontrava quando as Forças Armadas forçaram a entrada. No momento em que redigimos esta notícia espera-se a chegada àquele aquartelamento do general António de Spínola.

A G. N. R. opôs tenaz resistência durante as horas que durou o cerco, mas a intervenção de uma força do Regimento de Cavalaria 3, de Estremoz, composta de três blindados «Panhard», uma esquadra de morteiros pesados e outros elementos, foi decisivo na mais demorada operação desencadeada pelo Movimento das Forças Armadas. Ao chegar junto do Largo do Carmo, após rendição de uma companhia da G. N. R. instalada nas imediações do Largo da Misericórdia, esta unidade abriu fogo, facto que parece ter convencido definitivamente os últimos fiéis ao regime.

O GENERAL SPÍNOLA NO QUARTEL DO CARMO

Precisamente às 18 horas, o general António Spínola entrou no quartel do Carmo aclamado delirantemente por uma enorme multidão.

MÁRIO SOARES: É POSSÍVEL QUE VOLTE A LISBOA

PARIS, — (UPI-ANI) «É possível que volte a Lisboa se a democracia for restabelecida e se acabar a guerra no Ultramar» — declarou o dr. Mário Soares, secretário-geral, no exílio, do Partido Socialista Português.

«O Exército Português — acrescentou — não é o Exército chileno e tenho esperança de que a sua intervenção tenha por objectivo o restabelecimento das liberdades democráticas.»

OS QUE VÃO SER JULGADOS

Às 18 e 5, de uma das janelas do quartel do Carmo, o capitão Maia, através de um megafone e ante imensas pessoas que gritavam «assassinos... assassinos», disse que: «As pessoas estão aqui por amor à liberdade. Entretanto, não se deve atentar contra a liberdade de outros que vão ser julgados.»

AS SAÍDAS DA CIDADE NO PORTO

PORTO — Todas as saídas da cidade foram controladas pelo Exército, que igualmente domina o aeroporto das Pedras Rubras.

OS PRESOS POLÍTICOS NO FORTE DE CAXIAS

Às 18 e 30, forças da GNR continuavam a patrulhar a cadeia de Caxias que se encontrava com os acessos cortados.

Dezenas de familiares de presos políticos mantêm-se nas proximidades aguardando a possibilidade de saberem do seu estado.

Entretanto, os agentes da PIDE-DGS, encontram-se no interior do Forte, transferindo, ao que parece, para as traseiras os presos políticos que lá se encontram.

Os familiares fizeram entrega, no Rádio Clube Português, de um documento para ser divulgado à Nação no qual se dá conta da urgente necessidade de libertação dos presos políticos.

AUTOMOBILISTA DISTRIBUI «REPÚBLICAS» GRÁTIS

Cerca das 18 horas, um eufórico automobilista demonstrando das mais expressivas maneiras a sua satisfação distribuia gratuitamente aos transeuntes um molho de «Repúblicas» adquiridas por sua conta... e risco.

JOVENS MANIFESTAM-SE NO PORTO

PORTO, 25 — O Exército interveio na Avenida dos Aliados, a fim de impedir a polícia de reprimir os jovens que se manifestavam a favor do Movimento.

Contudo, cerca das 18 horas, a Polícia de Segurança Pública disparou os seus revólveres sobre manifestantes que se tinham reunido frente à Câmara Municipal da cidade, apedrejando-a. Houve, pelo menos, vários feridos que foram transportados ao hospital.

O BARREIRO NAS RUAS

Milhares de pessoas circulavam esta manhã pelas ruas centrais do Barreiro, devido a não terem podido embarcar nos barcos da C.P., que paralisaram o seu tráfego no Tejo, depois de por várias vezes não terem sido autorizados a desembarcar os passageiros no Terreiro do Paço.

Assim, registou-se no centro da vila um movimento desusado, sem que as pessoas tenham sido dispersas pelas forças da G.N.R., como habitualmente. Com efeito, não foi visto nenhum elemento da G.N.R. durante a manhã. Somente uma camioneta da Armada circulou, com cerca de vinte fuzileiros, pela zona junto ao rio, supondo-se que tenha depois recolhido ao quartel de Vale do Zebro.

Pela estrada que liga a «Outra Banda» a Lisboa o tráfego encontrava-se normalizado, não se vendo nenhum polícia ao longo de todo o percurso. Na ponte, os automóveis circulavam normalmente.

A CARRIS REDUZIDA A 50 %

Os efectivos da Carris estiveram hoje reduzidos a 50 % não havendo circulação de viaturas na Praça do Comércio, na Rua da Alfândega e noutras zonas importantes da capital.

AVISO REPETIDO À POPULAÇÃO

O Movimento das Forças Armadas tendo conhecimento de que elementos da Guarda Nacional Republicana se fazem passar por elementos amigos, avisa de que tais elementos são adversos, pelo que aconselha a população a abandonar o Largo do Carmo, o Rossio e o Camões.